

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2019**

1ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

DIREITOS SOCIAIS E
FISCALIZAÇÃO DE ATOS
ADMINISTRATIVOS EM GERAL



RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2019**

1ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

DIREITOS SOCIAIS E
FISCALIZAÇÃO DE ATOS
ADMINISTRATIVOS EM GERAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procurador-Geral da República

Antônio Augusto Brandão de Aras

Vice-Procurador-Geral da República

Humberto Jacques de Medeiros

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Renato Brill de Goes

Ouvidor-Geral do Ministério Público Federal

Brasilino Pereira dos Santos

Corregedora-Geral do Ministério Público Federal

Elizeta Maria de Paiva Ramos

Secretário-Geral

Eliana Peres Torelly de Carvalho



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2019**

1ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

DIREITOS SOCIAIS E
FISCALIZAÇÃO DE ATOS
ADMINISTRATIVOS EM GERAL

BRASÍLIA
MPF
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r

Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 1.

Relatório de atividades 2019 – Brasília : MPF, 2020.

118 p. : il., fots., gráfs. color.

Disponível também em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr1/atos-e-publicacoes/relatorio-de-atividades>.

1. Ministério Público Federal – relatório. 2. Ministério Público Federal – atuação. 3. Direitos sociais – proteção – Brasil. 4. Ato administrativo – fiscalização – Brasil. I. Título.

CDDir 341.413

Elaborado por Juliana de Araújo Freitas Leão – CRB1/2596

Coordenação e organização

1ª Câmara de Coordenação e Revisão

Planejamento visual, revisão e diagramação

Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Normalização Bibliográfica

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C.

CEP: 70050-900 - Brasília-DF

Tel: +55 61 3105.5100

www.mpf.mp.br

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ª CCR	1ª Câmara de Coordenação e Revisão
ACP	Ação Civil Pública
Cebas-Educação	Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação
Cebas-Saúde	Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Saúde
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNPG	Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça
Copeduc	Comissão Permanente de Educação
CSMPF	Conselho Superior do Ministério Público Federal
Denasus	Departamento Nacional de Auditoria do SUS
Dnit	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Funpresp-JUD	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário
GT	Grupo de Trabalho
Hemobrás	Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Inca	Instituto Nacional de Câncer

INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não Governamental
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
PGR	Procuradoria-Geral da República
Piaf	Posto Integrado Automatizado de Fiscalização
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNI	Programa Nacional de Imunização
PR	Procuradoria da República
PRM	Procuradoria da República no Município
Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRR	Procuradoria Regional da República
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RPPS	Regime Próprio da Previdência Social
Secom	Secretaria de Comunicação do MPF
Siscan	Sistema de Informação do Câncer
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UPA	Unidades de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	11
1	NORMATIVA.....	15
2	COMPOSIÇÃO	16
2.1	Membros titulares e suplentes	16
2.2	Representantes regionais	17
2.3	Representantes nos estados	17
2.4	Servidores e estagiários.....	19
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	20
3.1	Coordenador	20
3.2	Secretaria Executiva.....	20
3.3	Assessoria Administrativa.....	20
3.4	Assessoria de Coordenação	21
3.5	Assessoria de Revisão.....	21
3.6	Organograma	22

4	PLANEJAMENTO TEMÁTICO.....	23
4.1	Levantamento de temas e assuntos prioritários para atuação em 2020.....	26
5	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	28
6	TEMAS DE ATUAÇÃO.....	29
7	AÇÕES DE COORDENAÇÃO	31
7.1	GT Dívida Pública.....	31
7.2	GT Educação.....	32
7.3	GT Previdência e Assistência Social.....	33
7.4	GT Patrimônio da Rede Ferroviária Federal S.A.	34
7.5	GT Rodovias Federais/Excesso de Peso.....	35
7.6	GT Saúde	36
7.7	GT Terras Públicas e Desapropriação	37
7.8	GT Intercameral Terceirização em Saúde.....	38
7.9	GT Interinstitucional Fundef/Fundeb	38
7.10	GT Interinstitucional Imunização	42
7.11	GT Interinstitucional Previdência e Assistência Social.....	45
7.12	GT Intercameral/Interinstitucional Proinfância	47
7.13	Relatoria EBSEH.....	48
7.14	Relatoria Hemoderivados	49
7.15	Relatoria Oncologia	49
7.16	Relatoria Especial para fiscalizar a efetiva implementação da Lei nº 12.732/2012	50

7.17	Projeto Cidadão em Ação	50
7.18	Projeto Diagnóstico da Conformidade das Renúncias Fiscais do Cebas-Saúde	51
7.19	Projeto Diagnóstico da Conformidade das Renúncias Fiscais do Cebas- Educação.....	52
7.20	Projeto <i>Ranking</i> da Transparência das Informações Educacionais – Fase 1	53
7.21	Projeto Rede Ferroviária Federal S.A.....	54
7.22	Outras ações de coordenação.....	55
7.23	Reuniões de Coordenação com o Colegiado da 1ª CCR	58
8	EVENTOS.....	62
8.1	Oficina Políticas Públicas Baseadas em Evidências	62
8.2	Oficinas de capacitações do Projeto Cidadão em Ação.....	63
8.3	Audiência pública no Senado Federal para discutir a renovação e a revisão do Fundeb	67
8.4	Audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a reforma da previdência, com enfoque especial na aposentadoria das mulheres	68
8.5	Audiência pública no Senado Federal para discutir transparência e planejamento na construção de creches e pré-escolas no Proinfância.....	69
9	SESSÕES	70
9.1	Sessões de Revisão e Coordenação.....	70
9.2	Julgamentos em Destaque	71
9.3	Enunciados da 1ª CCR	74

10	ESTATÍSTICAS	75
10.1	Procedimentos deliberados por sessão	75
10.2	Entrada de procedimentos por mês/2019	76
10.3	Procedimentos por motivo de entrada	77
11	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	78
11.1	Internet	78
11.2	Intranet	79
11.3	Notícias da 1ª CCR	80
11.4	Boletim Informativo das Sessões de Coordenação e Revisão	81
11.5	<i>Clipping</i> Jurídico.....	82
11.6	Acompanhamento legislativo e judicial	83
11.7	Sistema para Mapeamento de Ofícios e Funções (MOF)	83
11.8	Roteiros, manuais, cartilhas e infográficos	85
12	FOTOS	91
13	CONCLUSÃO	95
	APÊNDICES.....	97
	Apêndice A – Mapa Temático da 1ª CCR.....	97
	Apêndice B – Plano de Ação para 2019	98
	Apêndice C – Consulta Pública	104

APRESENTAÇÃO

Demandas por melhorias na educação brasileira, preocupação com o fornecimento da vacina pentavalente e reaparecimento do sarampo, acompanhamento da reforma da Previdência e redução do atendimento intempestivo pelo INSS foram os principais desafios enfrentados pela 1ª Câmara de Coordenação e Revisão em 2019.

O cenário exigiu atuação incisiva e coordenada dos membros do Colegiado em busca de soluções céleres e eficazes para os problemas. O trabalho da 1ª Câmara em 2019 priorizou o diálogo e a articulação interinstitucional.

No tocante à área de coordenação, iniciou-se, ainda em novembro de 2018, edital de chamamento para novos Grupos de Trabalho (GT) e manutenção dos já existentes. Foram criados os GTs: Previdência e Assistência Social, Intercameral Terceirização em Saúde, Interinstitucional Fundef/Fundeb, Interinstitucional Imunização, Interinstitucional Previdência e Assistência Social e Interinstitucional Proinfância.

Na **temática Educação**, prosseguiram as iniciativas em prol da correta destinação e aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Para isso, a 1ª Câmara atuou em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Conselho da Justiça Federal (CJF). A articulação resultou no lançamento, pelo TCU, de um painel eletrônico que dá visibilidade aos dados dos pagamentos dos precatórios do Fundef.

Para subsidiar a atuação de membros na fiscalização do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a 1ª Câmara desenvolveu infográfico que reúne orientações para a identificação de pendências na prestação de contas, bem como instruções para tomada de providências em casos de omissão ou improbidade.

Com relação ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), o GT Interinstitucional Proinfância elaborou nota técnica em que sugere a parceria interinstitucional de membros do Ministério Público para as ações que visam fiscalizar as obras do programa.

Na **temática Saúde**, a 1ª Câmara lançou o primeiro volume da série *Roteiros de Atuação*, com o tema Terceirização da Saúde Pública. Desenvolvida com o apoio e a revisão dos membros do GT Saúde, a publicação aborda temas como a análise do custo-benefício da terceirização em saúde, a atribuição do MPF nesses casos, a transferência de recursos federais por meio de instituições oficiais, entre outros.

Em março de 2019, o Brasil perdeu o certificado de país livre do sarampo, conferido em 2016 pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), após o ressurgimento da doença em pelo menos três estados. Em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a 1ª Câmara propôs atuação conjunta na fiscalização da Campanha Nacional de Vacinação contra o Sarampo aos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal e Territórios, entre outras iniciativas.

Em relação à **Reforma da Previdência**, com foco no aprimoramento da legislação, garantia da proteção social e da sustentabilidade do sistema de previdência e assistência, o GT Previdência e Assistência Social acompanhou as discussões no Congresso Nacional, e delas participou.

Na **temática Transportes**, em parceria com a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, a 1ª Câmara expediu recomendação à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) pedindo a suspensão imediata de todos os voos com aeronaves da Boeing 737 MAX 8 até que fossem esclarecidas as causas dos dois acidentes recentes com o modelo. O pedido foi acatado e as aeronaves continuam fora de operação.

A restrição da **participação social** na elaboração e gestão de políticas públicas também foi foco de atenção da 1ª Câmara em 2019. Com a publicação do Decreto nº 9.759/2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da Administração Pública federal, a 1ª Câmara divulgou nota pública e nota técnica para alertar sobre os

impactos negativos da medida, que resultaria na extinção de, ao menos, 35 conselhos a partir de junho de 2019.

Destaco, ainda, os 5 Projetos Finalísticos em desenvolvimento pela 1ª Câmara:

- 1) Na área do Controle Social: o Projeto Cidadão em Ação;
- 2) Na área da Saúde: o Projeto Diagnóstico da Conformidade das Renúncias Fiscais do Cebas-Saúde;
- 3) Na área da Educação: o Projeto Diagnóstico da Conformidade das Renúncias Fiscais do Cebas-Educação e o Projeto *Ranking* da Transparência das Informações Educacionais – Fase 1;
- 4) Na área de Bens Públicos: o Projeto Rede Ferroviária Federal S.A.

Para facilitar a organização e visualização dos Ofícios e Funções dos membros, dos Grupos de Trabalho, relatorias e comissões vinculadas às diversas áreas de atuação da Câmara, o Órgão passou a utilizar, em julho, o Sistema para Mapeamento de Ofícios e Funções.

No que se refere à área de Revisão, esclarece que a diminuição do acervo, alcançada no exercício anterior, não significa que menos procedimentos estejam chegando à 1ª CCR. Segundo estatísticas do sistema Único, entre fevereiro e outubro de 2019, 9.991 procedimentos foram deliberados por este órgão revisional, uma média mensal de mais de mil processos (tendo remanescentes apenas 47 procedimentos no final do ano).

Por fim, registro gratidão especial à excelentíssima corregedora-geral do MPF, Elizeta Maria de Paiva Ramos, por sua inestimável contribuição na gestão desta 1ª Câmara no período de junho de 2018 a setembro de 2019, destacando minha satisfação em dar continuidade ao seu irrepreensível legado.

Volto meus cumprimentos aos membros dos MPs Estaduais e expresso minha gratidão aos membros do MPF vinculados à 1ª Câmara. É um prazer estreitar os laços institucionais com foco na melhoria dos nossos trabalhos.

Obrigada aos servidores e a todos os envolvidos que viabilizaram a realização dessa importante atividade de coordenação e revisão do MPF.

Em 2020 vamos prosseguir juntos nesse trabalho intenso.

Tenham uma boa leitura deste relatório!

Célia Regina Souza Delgado
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão

1 NORMATIVA

As Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) foram criadas com a edição da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, em substituição à antiga Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos (Secodid), prevista no Decreto nº 93.840, de 22 de dezembro de 1986. No âmbito do Ministério Público Federal (MPF), o funcionamento das Câmaras de Coordenação e Revisão foi regulamentado pelas Resoluções nº 06/1993, nº 20/1996, nº 40/1998 e nº 148/2014, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF). A publicação da Resolução nº 148/2014/CSMPF, de 1º de abril de 2014, criou a Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional (7ª CCR) e modificou a organização temática da 1ª CCR, da 2ª CCR e da 5ª CCR.

A 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, antiga Câmara Constitucional e Infraconstitucional, é atualmente denominada Câmara dos Direitos Sociais e Fiscalização dos Atos Administrativos em Geral. Atua como órgão colegiado setorial, exerce as atividades de coordenação, integração e revisão, no que diz respeito ao funcionamento regular da Administração Pública, com a incumbência de atuar nos feitos cíveis relativos à educação, à saúde, à moradia, à mobilidade urbana, à previdência (inclusive as complementares pública e privada) e à assistência social, aos conflitos fundiários, bem como na fiscalização dos atos administrativos em geral.

Para isso, divulga sistematicamente aos órgãos institucionais que atuam em ofícios ligados ao setor de sua competência decisões proferidas, em última instância, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em matéria de direito administrativo, financeiro e orçamentário. Além disso, mantém intercâmbio com órgãos ou entidades de áreas afins; encaminha, de ofício ou mediante provocação, informações técnico-jurídicas sobre execução orçamentária de políticas públicas e gestão do patrimônio público relevantes aos órgãos que atuam em seu setor; resolve sobre a distribuição especial de feitos que, por sua contínua reiteração, devem receber tratamento uniforme, bem como exerce outras atribuições definidas na Lei Orgânica do Ministério Público Federal ou em Resolução do seu Conselho Superior.

Entre seus feitos no ano de 2019, destacam-se iniciativas nos temas Educação, Saúde, Fiscalização dos Atos Administrativos em Geral, Concurso Público/Processo Seletivo, Bens Públicos, Serviço Público, Servidor Público Civil, Moradia, Conselhos Profissionais, Política Fundiária e Reforma Agrária.

2 COMPOSIÇÃO

A 1ª Câmara de Coordenação e Revisão (1ª CCR) é composta por três membros do Ministério Público Federal, sendo um indicado pelo procurador-geral da República e dois pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, com seus suplentes, para um mandato de dois anos, dentre integrantes do último grau da carreira, sempre que possível.

2.1 Membros titulares e suplentes

A nova composição dos membros titulares das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal foi publicada no Diário Oficial da União, em 2 de julho de 2018, por meio da **Portaria PGR nº 589/2018**, de 25 de junho de 2018. Dessa forma, listam-se a seguir os membros titulares e suplentes designados para compor a 1ª CCR para o biênio 2018-2020:

Membros Titulares	
Elizeta Maria de Paiva Ramos	Coordenadora da 1ª CCR - Subprocuradora-Geral da República
Lindôra Maria Araújo	Subprocuradora-Geral da República
Célia Regina Souza Delgado	Subprocuradora-Geral da República
Membros Suplentes	
Moacir Mendes Sousa	Subprocurador-Geral da República
Alexandre Espinosa Bravo Barbosa	Procurador Regional da República
Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva	Procuradora Regional da República da 3ª Região

Reunido em sua 15ª Sessão Ordinária, o Colegiado da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão recebeu novo integrante, o subprocurador-geral da República **Paulo Gustavo Gonet Branco**, que passou a desempenhar as atividades na qualidade de membro titular da Câmara. A alteração decorre da nomeação, divulgada por meio da Portaria PGR/MPF nº 1010/2019, da subprocuradora-geral da República Elizeta Maria de Paiva Ramos, coordenadora da 1ª Câmara, para o cargo de corregedora-geral do Ministério Público Federal.

Com essas mudanças, a subprocuradora-geral da República **Célia Regina Souza Delgado** foi designada para exercer as funções de coordenadora da 1ª CCR. A nova composição foi divulgada por meio da Portaria PGR/MPF nº 1.058/2019 e passou a ter efeitos a partir do dia 10 de outubro de 2019. O Colegiado da 1ª CCR ganhou nova composição, conforme segue:

Membros Titulares	
Célia Regina Souza Delgado	Coordenadora da 1ª CCR - Subprocuradora-Geral da República
Lindôra Maria Araújo	Subprocuradora-Geral da República
Paulo Gustavo Gonet Branco	Subprocurador-Geral da República
Membros Suplentes	
Haroldo Ferraz da Nóbrega	Subprocurador-Geral da República
Alexandre Espinosa Bravo Barbosa	Procurador Regional da República
Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva	Procuradora Regional da República da 3ª Região

2.2 Representantes regionais

Procuradoria Regional da República da 1ª Região – PRR1	Aguardando nova indicação de membro. Referência: PRR1ª-00005149/2019
Procuradoria Regional da República da 2ª Região – PRR2	Luís Cláudio Pereira Leivas
Procuradoria Regional da República da 3ª Região – PRR3	Geisa de Assis Rodrigues
Procuradoria Regional da República da 4ª Região – PRR4	Alexandre Amaral Gavronski – Titular Marcus Vinicius Aguiar Macedo – Suplente
Procuradoria Regional da República da 5ª Região – PRR5	Fernando José Araújo Ferreira – Titular Domingos Sávio Tenório de Amorim – Suplente

2.3 Representantes nos estados

Acre	Luciana de Miguel Cardoso Bogo – Titular Joel Bogo – Suplente
Alagoas	Niedja Gorete de Almeida Rocha Kasparly – Titular Cinara Bueno Santos Prikladnitzky – Suplente
Amazonas	Thiago Pinheiro Correa – Titular Thiago Augusto Bueno – Suplente

Amapá	Alexandre Parreira Guimarães – Titular Pablo Luz de Beltrand – Suplente
Bahia	Edson Abdon Peixoto Filho – Titular
Ceará	Não informado
Distrito Federal	Paulo Roberto Galvão de Carvalho – Titular
Espírito Santo	Carlos Vinícius Soares Cabeleira – Titular André Carlos de Amorim Pimentel Filho – Suplente
Goiás	Viviane Vieira de Araújo – Titular
Maranhão	Marcelo Santos Correa – Titular Alexandre Silva Soares – Suplente Hilton Araújo de Melo – Suplente
Mato Grosso	José Ricardo Custódio de Melo – Titular Gustavo Nogami – Suplente
Mato Grosso do Sul	Eduardo Rodrigues Gonçalves – Titular Danilce Vanessa Arte Ortiz Camy – Suplente
Minas Gerais	Álvaro Ricardo de Souza Cruz – Titular Helder Magno da Silva – Suplente
Pará	Paulo Roberto Sampaio Anchieta Santiago – Titular Felipe de Moura Palha e Silva – Suplente
Paraíba	Acácia Soares Peixoto Suassuna – Titular Anderson Danillo Pereira Lima – Suplente
Paraná	João Gualberto Garcez Ramos – Titular Luis Sergio Langowski – Suplente
Pernambuco	Edson Virgínio Cavalcante Júnior
Piauí	Tranvanvan da Silva Feitosa – Titular
Rio Grande do Norte	Caroline Maciel da Costa – Titular Clariser Azevedo Cavalcante de Moraes – Suplente
Rio Grande do Sul	Mauro Cichowski dos Santos – Titular Enrico Rodrigues de Freitas – Suplente
Rio de Janeiro	Maria Cristina Manella Cordeiro – Titular
Rondônia	Raphael Luis Pereira Beviláqua
Roraima	Rodrigo Mark Freitas – Titular Manoela Lopes Lamenha Lins Cavalcante – Suplente
Santa Catarina	Darlan Airtton Dias
São Paulo	Bruno Costa Magalhães

Sergipe	Não informado
Tocantins	Carolina Augusta da Rocha Rosado – Titular

2.4 Servidores e estagiários

Secretaria Executiva	Cláudia de Fátima Marques Roque – Secretária Executiva, de 2/7/2018 até 1/12/2019 Dayse Silva de Sousa – Secretária Executiva, a partir de 2/12/2019
Assessoria de Administração	Luiz Armando Lopes Campião – Assessor-Chefe de Administração, de 2/7/2018 até 23/9/2019 Fabrício da Silva Barbosa – Assessor-Chefe de Administração, a partir de 8/10/2019 Adilma Maria de Sousa – Assessora-Chefe Nível II Gardênia Holanda Maciel Lamar – Técnica Administrativa Isabela Cristina de Andrade – Técnica Administrativa, a partir de 3/10/2019 Janaína Faria Fernandes Freire – Técnica Administrativa Sônia Regina Perucelli – Técnica Administrativa, até 7/10/2019 Veroni Korilo – Analista de Direito Virgínia Figueiredo Fonseca – Analista de TI
Assessoria de Coordenação	Dayse Silva de Sousa – Assessora-Chefe de Coordenação, até 1/12/2019 Amanda Costa Pereira Leite – Assessora-Chefe de Coordenação, a partir de 1/12/2019 Adriana Alves da Silva Guedes – Analista de Gestão Pública Cecília da Silva Borges – Técnica Administrativa, até 19/11/2019 Daniela Carvalho Vasconcelos – Técnica Administrativa, a partir de 25/2/2019 Larissa Lívia Rodrigues Barbosa – Analista de Gestão Pública Regina Celi da Silva Bueno – Analista do MPU
Assessoria de Revisão	Lilian Teixeira Silva Xavier – Assessora-Chefe de Revisão Márcio de Oliveira – Assessor-Chefe Nível II Bernardo Salgado Fadul – Analista de Direito, até 10/9/2019 Francisco Chagas da Silva – Analista de Direito Guilherme Chaibe Montenegro – Analista de Direito, a partir de 20/9/2019 Grace Mara Souza Brandão – Analista de Direito, até 1/7/2019 Juliana Souza Leite da Silva – Analista de Direito, até 6/1/2019 Maria Izabel de Oliveira Dantas – Analista de Direito, a partir de 12/4/2019 Lígia Reis Rocha – Analista de Direito Lilian Cunha Barboza – Analista de Direito Pedro Carvalho Leitão – Analista de Direito Tennille Mara Lucena Silva – Técnica Administrativa Thiago Rodrigues de Alcântara Silva – Analista de Direito, a partir de 27/6/2019
Estagiário	Daniel Arthur Mendes da Silva

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 Coordenador

Para exercer a função executiva de coordenador(a), o procurador-geral da República escolhe um(a) dos(as) subprocuradores(as)-gerais integrantes da Câmara (art. 4ª da Resolução nº 20/1996 CSMPF). Compete ao coordenador da 1ª CCR: dirigir, planejar e supervisionar as ações da Câmara, em conformidade com as deliberações do Colegiado; presidir as sessões da Câmara; convocar os demais membros para reuniões extraordinárias; representar a Câmara perante os demais órgãos institucionais; entre outras atribuições.

3.2 Secretaria Executiva

Além de prestar assistência direta ao coordenador da Câmara e aos demais membros do Colegiado, compete à Secretaria Executiva coordenar e supervisionar a atuação das Assessorias, promovendo a sua integração e seu alinhamento com os objetivos estratégicos da Câmara, conduzir o relacionamento burocrático desta com outros órgãos e setores do MPF e com o público externo, sob orientação do coordenador, entre outras atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara.

3.3 Assessoria Administrativa

Compete à Assessoria Administrativa organizar a pauta das sessões da Câmara e secretariá-las, inclusive na elaboração das respectivas atas; promover a publicação das pautas, das atas, dos enunciados, das orientações e das deliberações indicados pelo coordenador; prestar apoio administrativo nos eventos promovidos pela Câmara; controlar o fluxo de procedimentos e de documentos; receber e proceder à triagem dos procedimentos, entre outras atribuições.

3.4 Assessoria de Coordenação

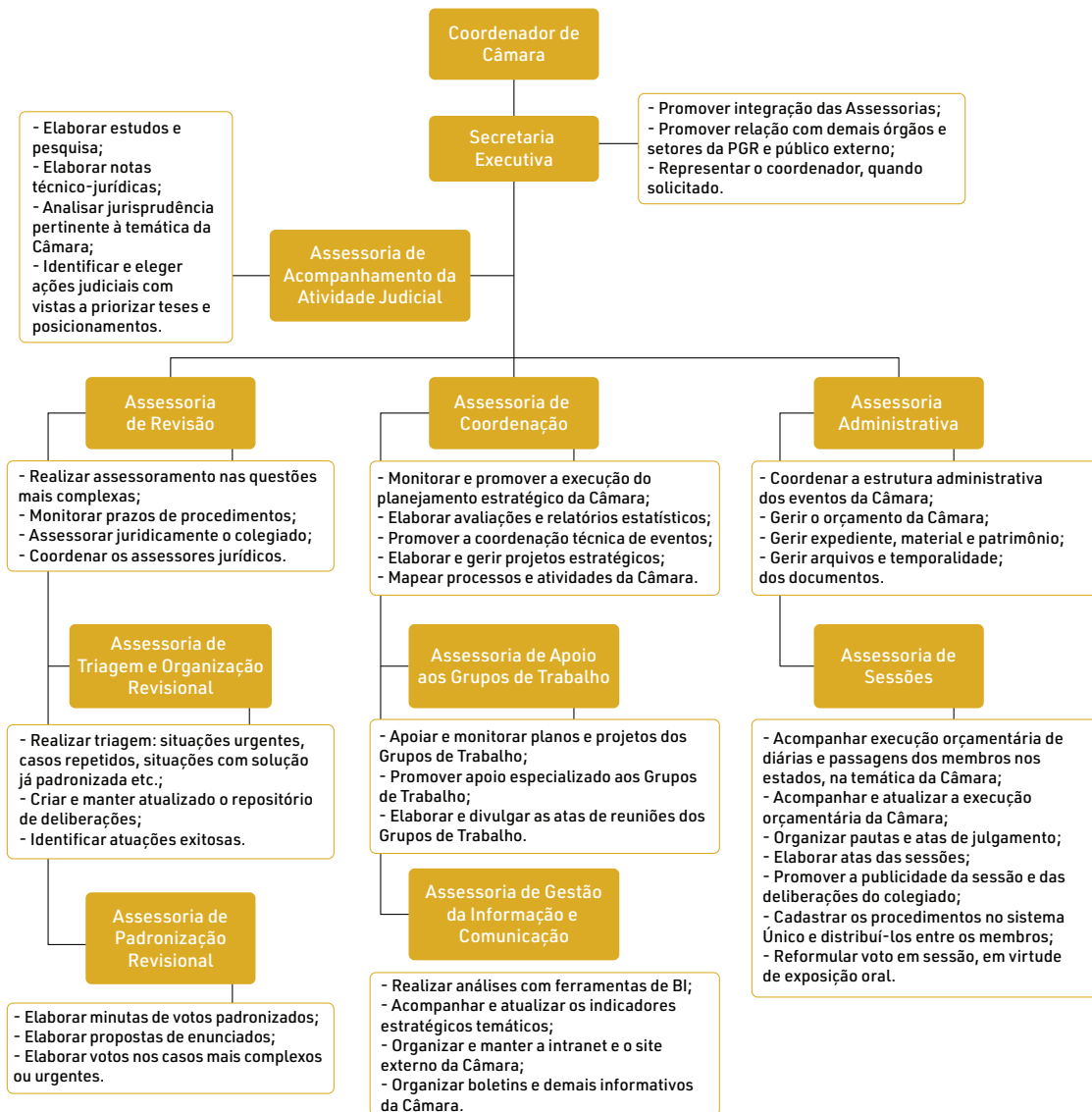
Compete à Assessoria de Coordenação assessorar a gestão das atividades de coordenação e dos objetivos do planejamento temático da Câmara; elaborar o planejamento de encontros, cursos e capacitações; assessorar os membros integrantes de Grupos de Trabalho (GTs), de Relatórios, de Projetos Finalísticos e os membros focalizadores; assessorar a gestão da informação e comunicação de interesse da Câmara, entre outras atribuições.

3.5 Assessoria de Revisão

Compete à Assessoria de Revisão analisar os procedimentos distribuídos aos membros da Câmara; prestar assessoramento jurídico ao Colegiado e realizar estudos, pesquisas e análises; identificar precedentes e deliberações relevantes para divulgação em boletim ou na intranet; manter a guarda de autos, expedientes e outros papéis sob seu poder, observando as cautelas necessárias para a preservação da segurança e de eventual sigilo de tais documentos, entre outras atribuições.

3.6 Organograma

Figura 1 – Organograma proposto com as principais atribuições



4 PLANEJAMENTO TEMÁTICO

Tendo em vista a necessidade de atender à vasta gama de itens de atuação, trazida pela Resolução CSMPF nº 148, de 1º de abril de 2014, em 23 de setembro de 2014, a 1ª Câmara atualizou seu Planejamento Temático, com horizonte temporal 2016-2020, para abarcar a nova temática – Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral.

O Planejamento Temático da 1ª CCR foi construído sob três perspectivas (“Sociedade”, “Processos Internos” e “Aprendizado e Conhecimento”) e possui nove objetivos temáticos, conforme Apêndice A – Mapa Temático da 1ª CCR.

Durante o ano de 2019, a 1ª CCR se debruçou nas questões referentes a educação, saúde, previdência, terras públicas e rodovias federais, temas elegidos como prioritários durante a Reunião de Planejamento, ocorrida em outubro de 2018, entre outros assuntos descritos no Apêndice B – Plano de Ação para 2019.

As temáticas eleitas como prioritárias foram detalhadas em ações, e foram definidos prazos e responsáveis para realizá-las. Para alcançar as metas descritas no plano, iniciou-se, ainda em novembro de 2018, edital de chamamento para novos grupos de trabalho e manutenção dos já existentes. Foram inéditos os Grupos de Trabalhos: Previdência e Assistência Social, Rodovias Federais/Excesso de Peso, Intercameral Terceirização em Saúde, Interinstitucional Fundef/Fundeb, Interinstitucional Imunização, Interinstitucional Previdência e Assistência Social, Interinstitucional Proinfância e Relatoria Oncologia.

Uma síntese dos resultados da atividade desta Câmara, no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, para o alcance dos objetivos temáticos, é apresentada a seguir.

Tabela 1 – Síntese dos resultados obtidos para o alcance dos objetivos temáticos

Perspectiva/Objetivo Temático	Resultados
Sociedade/Aproximar o cidadão da atuação institucional de modo a empoderá-lo como agente de fiscalização estatal Sociedade/Estimular um modo de gestão que promova a eficiência e a transparência nas ações da Administração Pública	Oficinas de capacitações do Projeto Cidadão em Ação; Representação em audiências públicas no Senado Federal nos temas relativos à educação (Fundef, Proinfância), à saúde (Imunização) e à previdência (reforma da previdência, aposentadoria das mulheres); Elaboração do Roteiro de Atuação para fiscalização do Proinfância; Elaboração do Roteiro de Atuação Terceirização em Saúde; Elaboração de infográfico: Programa Dinheiro Direto na Escola; Elaboração de infográfico: Cebas Saúde; Elaboração de Nota Pública e Nota Técnica sobre o Decreto nº 9.759/2019; Execução do Projeto <i>Ranking</i> da Transparência das Informações Educacionais; Execução do Projeto Cidadão em Ação; Execução do Projeto Diagnóstico da Conformidade das Renúncias Fiscais do Cebas-Saúde; Execução do Projeto Diagnóstico da Conformidade das Renúncias Fiscais do Cebas-Educação; Lançamento do painel eletrônico do TCU que dá visibilidade aos dados dos pagamentos dos precatórios do Fundef; Lançamento do Painel de Monitoramento do Tratamento Oncológico (Painel Oncologia). Os itens 7 e 8 deste relatório descrevem com detalhes as iniciativas acima mencionadas.
Processos Internos/Criar roteiros de atuação	Elaboração do Roteiro de Atuação para fiscalização do Proinfância; Elaboração do Roteiro de Atuação Terceirização em Saúde; Elaboração de infográfico: Programa Dinheiro Direto na Escola; Elaboração de infográfico: Cebas Saúde; Elaboração de Nota Pública e Nota Técnica sobre o Decreto nº 9.759/2019; Roteiro de Atuação sobre “Dedicação exclusiva nas universidades” para orientar os Procuradores naturais.
Processos Internos/Editar enunciados de temas repetitivos em revisão	Ao todo, a 1ª Câmara possui 24 enunciados, cujas íntegras estão disponíveis na <i>internet</i> da 1ª CCR.
Processos Internos/Estimular a atuação institucional orientada para as prioridades identificadas coletivamente Processos Internos/Promover a atuação por projetos em temas prioritários	Ações Nacionais: ação coordenada para garantir que os recursos pagos mediante precatórios do antigo Fundef sejam aplicados exclusivamente na educação; ação coordenada para o funcionamento de Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento. Oficinas: Oficinas de capacitações do Projeto Cidadão em Ação; Oficina Políticas Públicas Baseadas em Evidências. Projetos: Projeto <i>Ranking</i> da Transparência das Informações Educacionais; Projeto Cidadão em Ação; Projeto Diagnóstico da Conformidade das Renúncias Fiscais do Cebas-Saúde; Projeto Diagnóstico da Conformidade das Renúncias Fiscais do Cebas-Educação; Projeto Rede Ferroviária Federal. Relatórios: Relatoria EBSERH; Relatoria Hemoderivados; Relatoria Oncologia; Relatoria para fiscalizar a efetiva implementação da Lei nº 12.732/2012. Grupos de Trabalho: GT Saúde; GT Educação; GT RFFSA; GT Terras Públicas e Desapropriação; GT Dívida Pública, GT Interinstitucional Terceirização em Saúde; GT Interinstitucional Imunização; GT Previdência e Assistência Social; GT Rodovias Federais/Excesso de Peso; GT Interinstitucional Fundef/Fundeb; GT Interinstitucional Previdência e Assistência Social; GT Interinstitucional Proinfância. Os itens 7 e 8 deste relatório descrevem com detalhes as iniciativas acima mencionadas.

Perspectiva/Objetivo Temático	Resultados
Processos Internos/ Estabelecer interlocução permanente com órgãos internos e externos para otimizar os resultados institucionais	Acordos de Cooperação: Acordo de Cooperação entre MPF e ONG Transparência Brasil; Acordo de Cooperação entre MPF e FNDE; Acordo com Dnit para liberação das informações da captura das placas à PRF e ao MPF; Lançamento do painel eletrônico do TCU que dá visibilidade aos dados dos pagamentos dos precatórios do Fundef; Lançamento do Painel de Monitoramento do Tratamento Oncológico (Painel Oncologia). Audiências Públicas: Oficinas de capacitações do Projeto Cidadão em Ação; Representação em audiências públicas no Senado Federal nos temas relativos à educação (Fundef, Proinfância), à saúde (Imunização) e à previdência (reforma da previdência, aposentadoria das mulheres); Reuniões: No decorrer do exercício de 2019, oportunidade na qual o Colegiado encontrava-se reunido para sua sessão ordinária de coordenação, a 1ª Câmara reuniu-se com diversos órgãos e autoridades para debater os assuntos prioritários do órgão, e buscar parcerias de atuação conjunta (item 7.23 deste relatório). Parcerias: Representação na Comissão Permanente de Educação (Copeduc); Recomendação Conjunta nº 1/2018 (Fundef); Pedido à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para criação de rubrica orçamentária específica para recursos do Fundef/Fundeb; Recomendação Conjunta nº 3/2019 (Proinfância); Articulação com secretários estaduais de Saúde (imunização); Articulação com o CNMP para conduzir com os MPs expedição de recomendação conjunta a ser expedida aos prefeitos municipais (imunização); Elaboração de artigo publicado no jornal <i>O Globo</i>, com críticas à Lei nº 13838/2019 (Terras Públicas); Interlocução com órgãos públicos envolvidos no patrimônio da extinta RFFSA; Indicação de membro do GT Saúde da 1ª CCR, Bruno Araújo Soares Valente, para representar o MPF no GT formado pela Secretaria de Vigilância Sanitária; Definição de estratégia perante o Ministério da Saúde para aprimorar a fiscalização de recursos federais da saúde; Cooperação técnica entre o CNJ e o Instituto Articulê; Grupos de Trabalho Interinstitucionais (MPF, MPEs, MPs de Contas, entre outros) nos temas Fundef/Fundeb, Imunização, Terceirização em Saúde, e Proinfância. O item 7 deste relatório descreve com detalhes as iniciativas acima mencionadas.
Aprendizado e Crescimento/Capacitar membros e servidores para o uso das ferramentas de informação	Oficinas de capacitações do Projeto Cidadão em Ação; Oficina Políticas Públicas Baseadas em Evidências; Elaboração do Roteiro de Atuação para fiscalização do Proinfância; Elaboração do Roteiro de Atuação Terceirização em Saúde; Elaboração de infográfico: Programa Dinheiro Direto na Escola; Elaboração de infográfico: Cebas Saúde; Elaboração de Nota Pública e Nota Técnica sobre o Decreto nº 9.759/2019; Roteiro de Atuação sobre “Dedicação exclusiva nas universidades” para orientar os procuradores naturais.

Perspectiva/Objetivo Temático	Resultados
Aprendizado e Crescimento/Fomentar uso de sistemas, ferramentas e base de dados que possibilitem a efetividade da atuação	Relatório anual de atividades da 1ª CCR. Todos os roteiros, cursos, manuais, palestras nas variadas áreas de atuação encontram-se na intranet da 1ª CCR. Boletim Informativo da 1ª CCR. <i>Clipping</i> da 1ª CCR, com notícias pertinentes sobre todos os temas priorizados, enviado semanalmente para os membros. Acompanhamento legislativo de projetos de lei pertinentes sobre os temas priorizados, enviado para os grupos de trabalho e membros interessados.

4.1 Levantamento de temas e assuntos prioritários para atuação em 2020

A 1ª Câmara realizou consulta pública aos membros do MPF, por meio de aplicação de questionário eletrônico, com o objetivo de elaborar um diagnóstico dos assuntos prioritários e de relevância nacional que demandem ações coordenadas por parte deste órgão colegiado, dentro dos 5 eixos temáticos: 1) Educação; 2) Saúde; 3) Previdência; 4) Terras Públicas; e 5) Rodovias Federais.

A tabela a seguir compila os principais resultados da pesquisa. O documento completo pode ser consultado no Apêndice C – Consulta Pública.

Tabela 2 – Síntese dos resultados obtidos na consulta pública

Eixo Temático	Assuntos Prioritários
Educação	• Fundeb/Fundef (53%) • Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) (10%) • Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) (7%) • Criação e/ou autorização para funcionamento de curso superior (6%) • Financiamento público da educação e/ou pesquisa (4%)
Saúde	• Fornecimento de medicamentos (7%) • Jornada de trabalho dos médicos do SUS (6%) • Judicialização da saúde (5%) • Repasse de verbas do SUS (5%) • Financiamento do SUS (4%)

Eixo Temático	Assuntos Prioritários
Previdência	• Concessão de benefícios (aprimoramento da legislação e da perícia no âmbito administrativo e judicial) (16%) • Gestão e governança do INSS (13%) • Judicialização da previdência (13%) • Comunicação de óbitos (9%) • Reforma da previdência (8%)
Terras Públicas	• Atuação/Omissão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (10%) • Grilagem de terras públicas (8%) • Conflitos fundiários (8%) • Regularização fundiária na Amazônia (7%) • Conflito envolvendo trabalhadores sem-terra/posseiros (6%)
Rodovias Federais	• Recuperação de rodovias federais (33%) • Excesso de peso nas rodovias federais (24%) • Posto de Pesagem de Veículos (PPV) (20%) • Faixa de Domínio (13%) • Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reide) (3%)

5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A tabela a seguir sintetiza o orçamento realizado em 2019.

Tabela 3 – Síntese do orçamento realizado em 2019

GT/Projeto/Ação	Total (diárias, passagens e serviços)
Diárias	R\$ 148.751,01
Passagens	R\$ 94.284,05
Eventos	R\$ 51.349,70
TOTAL	R\$ 294.384,76

Fonte: Sistema de Gestão de Viagens e Eventos. Dados extraídos em 27/1/2020.

6 TEMAS DE ATUAÇÃO

Os temas e subtemas com maior recorrência em 2019 submetidos à revisão da 1ª CCR foram: Fiscalização dos Atos Administrativos em Geral, Educação, Saúde, Bens Públicos, Concurso Público/Processo Seletivo, Serviço Público, Servidor Público Civil, Moradia, Política Fundiária e Reforma Agrária e Conselhos Profissionais.

No item 10 deste relatório, estão as estatísticas de todos os procedimentos recebidos pela Câmara, agrupados por tema. Vale ressaltar que, devido ao assunto referido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), cadastrado no Único pelas unidades, nem sempre refletir a realidade ou não estar de acordo com o entendimento da Câmara, a classificação dos temas se deu com base na taxonomia criada pela 1ª CCR.

Tabela 4 – Síntese dos principais temas e subtemas submetidos à revisão em 2019

Tema	Assunto
1º Fiscalização dos Atos Administrativos em Geral	Fiscalização; Repasse de Verbas Públicas; Irregularidade/Ilegalidade de Acordo/Convênio/Contratos/Parceria Público Privada; Prestação de Contas; Uso Indevido de Verbas Públicas; Organização Político-Administrativa/Administração Pública; Proteção da Intimidade e Sigilo de Dados; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
2º Educação	Processo Seletivo; Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Criação e/ou Autorização para Funcionamento de Curso Superior; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso; Assistência Estudantil; Currículo Escolar; Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); etc.
3º Saúde	Hospitais e Outras Unidades de Saúde; Fornecimento de Medicamentos; Jornada de Trabalho dos Médicos do SUS; Tratamento Médico-Hospitalar; Certidão de Não Atendimento aos Usuários; Exame de Diagnóstico; Repasse de Verbas do SUS; Sistema de Informação do Câncer (Siscan); Banco de Preços em Saúde; Vigilância Sanitária e Epidemiológica; etc.

Tema	Assunto
4º Bens Públicos	Rodovia Federal; Ocupação de Área Pública; Obra Pública; Conservação e Guarda de Bens; Utilização; Estrutura Física/Instalações; Plano de Prevenção Contra Incêndios (PPCI); Locação/Permissão/Concessão/ Autorização/Cessão de Uso; Dano ao Patrimônio Público; Terreno de Marinha.
5º Concurso Público / Processo Seletivo	Edital; Execução do Certame; Classificação e/ou Preterição; Banca Examinadora; Requisitos para o Cargo; Inscrição/Documentação; Critérios de Seleção; Transparência; Anulação e Correção de Provas/Questões; Critérios de Classificação; etc.
6º Serviço Público	Deficiência na Prestação do Serviço; Terceirização; <i>Deficit</i> de Servidores; Estrutura Física Inadequada; Criação/Extinção/Reestruturação de Órgãos ou Cargos Públicos; Horário de Funcionamento.
7º Servidor Público Civil	Jornada de Trabalho; Sistema Remuneratório e Benefícios; Nomeação; Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância; Cargo em Comissão; Remoção; Desvio de Função; Licenças/Afastamentos; Piso Salarial; Lotação; etc.
8º Moradia	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Programas de Arrendamento Residencial (PAR); Programas Habitacionais; Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
9º Política Fundiária e Reforma Agrária	Projeto de Assentamento; Atuação/Omissão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Conflito Envolvendo Trabalhadores Sem-Terra/Posseiros; Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária; Créditos para a Reforma Agrária; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Aquisição e Arrendamento de Imóvel; Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); Programa Terra Legal; Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro; etc.
10º Conselhos Profissionais	Atividade de Fiscalização; Cobrança de Taxas; Eleições; Estrutura/Organização/Funcionamento; Exame de Qualificação Técnica; Exercício Profissional; Multas e Demais Sanções; Questões Funcionais; Regime Jurídico; Registro Profissional; Anuidade; etc.

Fonte: Painel de Controle da 1ª CCR.

7 AÇÕES DE COORDENAÇÃO

7.1 GT Dívida Pública

O Grupo de Trabalho Dívida Pública tem como objetivo subsidiar os procuradores na defesa do patrimônio, em razão de possíveis prejuízos ocasionados pela gestão da dívida pública brasileira, como também pela falta de transparência em sua gestão, tomando como base o Relatório Final da CPMI do Congresso Nacional, encaminhado ao MPF em maio de 2010.

a) Composição

- Bruno Araújo Soares Valente – PR/PA
- Fábio de Oliveira – PRM em Criciúma/SC
- Henrique de Sá Valadão Lopes – PR/AP
- José Rubens Plates – PRM em Jales/SP
- Marcos Antônio da Silva Costa – PRR5/PE
- Samantha Chantal Dobrowolski – PRR3/SP

b) Iniciativas

- **Nota Técnica nº 1/2018**, que tem por escopo evidenciar a mora legislativa no tocante à fixação de limites específicos para o montante da dívida mobiliária federal e de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, bem como demonstrar o cabimento de ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADIO) e a legitimidade da Procuradoria-Geral da República para tanto.

7.2 GT Educação

O Grupo de Trabalho Educação tem o objetivo de subsidiar os membros do MPF no exercício da defesa do direito à educação, elegendo temas de atuação prioritária e fornecendo subsídios para uma prática qualificada, bem como de intervir perante o MEC, o FNDE e os demais órgãos federais que tratam do tema.

O escopo do GT em 2019 abordou:

- Fiscalização dos programas ativos do FNDE (Brasil Carinhoso, Formação pela Escola, Caminho da Escola, PAR, PBLE, PDDE, Pnae, Pnate, Programas do Livro, Proinfância e Proinfo);
- Avaliação das metas do Programa Nacional de Educação (PNE);
- Renúncias fiscais na Educação (Cebas, Prouni).

a) Composição

- Coordenadora: Maria Cristina Manella Cordeiro – PR/RJ
- Coordenador substituto: José Ricardo Custódio de Melo Júnior – PRM em Rondonópolis/MT
- Ailton Benedito de Souza – PR/GO
- Alexandre Schneider – PRM em Bento Gonçalves/RS
- André de Carvalho Ramos – PRR3/SP
- André Libonati – PRM em Bauru/SP
- Clarisier Azevedo Cavalcante de Moraes – PR/RN
- Guilherme Fernandes Ferreira Tavares – PRM em Barra do Garças/MT
- Letícia Carapeto Benrdt – PRM em Erechim/RS

- Maria Luísa Rodrigues de Lima Carvalho – PRR3/SP
- Walmor Alves Moreira – PR/SC

b) Iniciativas

- Acordo de Cooperação entre MPF e FNDE;
- Infográfico "Entenda como funciona o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)". Elaborado pela Assessoria de Coordenação da 1ª CCR em parceria com a PR/RJ;
- Acompanhamento de Projetos de Lei sobre Educação – atualização quinzenal pela Assessoria de Coordenação da 1ª CCR;
- Representação na Comissão Permanente de Educação (Copeduc). A 1ª Câmara indicou a procuradora da República Maria Cristina Manella na qualidade de representante do Ministério Público Federal;
- Aprovação de Enunciado na Copeduc, em 13 de setembro de 2019, o qual considera que programa de escolas cívico-militares fere os princípios da reserva legal e da gestão democrática do ensino público;
- Roteiro de atuação sobre “Dedicação exclusiva nas universidades” para orientar os Procuradores naturais.

7.3 GT Previdência e Assistência Social

Criado pela Portaria 1ª CCR/MPF nº 2, de 29 de janeiro de 2019, o Grupo de Trabalho Previdência e Assistência Social tem por finalidade elaborar sugestões de diretrizes de atuação do MPF no tocante à melhoria da gestão e governança da Previdência obrigatória (Regime Geral da Previdência Social – RGPS e Regime Próprio da Previdência Social – RPPS e Complementar) e da Assistência Social, bem como no aprimoramento da legislação previdenciária e assistencial.

a) Composição

- Cristiana Koliski Taguchi – Procuradora da República no Estado do Paraná
- Fabiano de Moraes – Procurador da República em Caxias do Sul/RS
- Marcus Vinicius Aguiar Macedo – Procurador Regional da República da 4ª Região/RS
- Zélia Luiza Pierdoná – Procuradora Regional da República da 3ª Região/SP

b) Iniciativas

- **Reforma da Previdência:** o GT acompanhou as discussões no Congresso Nacional sobre a reforma da previdência, inclusive com a participação da coordenadora em três audiências públicas (duas na Câmara dos Deputados e uma no Senado) – sem custos para o MPF;
- **Auditoria do TCU sob os Riscos Inerentes à Judicialização para a Subsequente Concessão de Benefícios Previdenciários e Assistenciais** (Acórdão 2894/2018 – Processo 022.354/2017-4): acompanhamento das iniciativas do TCU para o cumprimento do Acórdão.

7.4 GT Patrimônio da Rede Ferroviária Federal S.A.

Criado pela Portaria 1ª CCR/MPF nº 23/2018, de 5 de dezembro de 2018, o Grupo de Trabalho Patrimônio da Rede Ferroviária Federal S.A. (GT RFFSA) objetiva subsidiar os membros do MPF no exercício da defesa do patrimônio público da extinta RFFSA, elegendo temas de atuação prioritária e fornecendo subsídios para uma prática qualificada, bem como intervir na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e nos demais órgãos federais que tratam do tema.

a) Composição

- Coordenador: Edilson Vitorelli Diniz Lima – Procurador da República em Campinas/SP
- Roberto Moreira de Almeida – Procurador Regional da República da 5ª Região/PE

b) Iniciativas

- Proposição e execução do Projeto Rede Ferroviária Federal S.A;
- Levantamento de dados para a elaboração do plano estratégico de atuação do MPF;
- Estabelecimento de contatos e parcerias com os órgãos públicos envolvidos (Dnit, União/SPU, entre outros).

7.5 GT Rodovias Federais/Excesso de Peso

Criado pela Portaria 1ª CCR/MPF nº 24, de 5 de dezembro de 2018, o GT – Rodovias Federais/Excesso de Peso tem por finalidade apresentar sugestões para solucionar dificuldades relacionadas à:

- instalação de balanças para controle de excesso de peso;
- implantação de Posto Integrado Automatizado de Fiscalização (Piaf);
- fiscalização do Programa Federal de Faixas de Domínio (Profaixa), instituído com o objetivo de regularizar as faixas de domínio das rodovias federais sob administração do Dnit;
- qualidade do pavimento das rodovias federais, bem como identificação da razão do número excessivo de acidentes com danos pessoais e materiais.

a) Composição

- Coordenador: Filipe Andrios Brasil Siviero – PRM em Santo Ângelo/RS
- Fábio de Oliveira – PRM em Criciúma/SC
- Malê de Aragão Frazão – PRM em Colatina/ES
- Onésio Soares Amaral – PRM em Uberlândia/MG
- Roberto Moreira de Almeida – PRR 5ª Região – Recife

b) Iniciativas

- Acordo com Dnit para liberação das informações da captura das placas à PRF e ao MPF.

7.6 GT Saúde

O Grupo de Trabalho Saúde tem como objetivo subsidiar os membros do Ministério Público Federal para a intervenção ministerial nas inadequações da gestão dos recursos de saúde verificadas, em especial, no Banco de Preços, no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) e no Financiamento em Saúde.

O escopo do GT em 2019 abordou os seguintes temas: Programa Farmácia Popular, Terceirização da Prestação dos Serviços de Saúde, Controle de Repasses Fundo a Fundo/Segregação Contábil, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Concessão de Certificados de Filantropia pela SAS, Programa Mais Médicos, Samu, Renúncia Fiscal, Ressarcimento pelos Planos de Saúde, Inadimplência e Mora dos Repasses da União/Restos a Pagar/Subfinanciamento, Reduzido Número de Médicos.

a) Composição

- Coordenador: Edilson Vitorelli Diniz Lima – PRM em Campinas/SP
- Bruno Araújo Soares Valente – PRM em Castanhal/PA
- Hélder Magno da Silva – PR/MG
- Julia Rossi de Carvalho Sponchiado – PRM em Araguaína/TO
- Melina Tostes Haber – PRM em Osasco/SP
- Silvia Regina Pontes Lopes – PR/PE
- Ticiane Andrea Sales Nogueira – PRM em Petrolina/Juazeiro/PE

b) Iniciativas

- Ação Coordenada para verificar a situação das UPAs e UBSs;
- Criação do GT Intercameral Terceirização em Saúde;
- Composição no GT Interinstitucional Imunização;
- Proposição e execução do Projeto Cebas-Saúde.

7.7 GT Terras Públicas e Desapropriação

O Grupo de Trabalho Terras Públicas e Desapropriação foi criado com o objetivo de coordenar os trabalhos do MPF no que tange à fiscalização da atuação do Poder Público na gestão de terras públicas federais e da ocupação fundiária do território nacional.

O GT atua em diversas frentes, das quais destacam-se: o combate à grilagem de terras, a fiscalização do Programa de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, o acompanhamento de aquisições e arrendamentos de terras públicas por estrangeiros, a fiscalização da ocupação/gestão dos terrenos de marinha e marginais, e a fiscalização da Política Nacional de Reforma Agrária, especialmente em relação ao processo de criação e implantação de assentamentos rurais.

a) Composição

- Coordenador: Michel Francois Drizul Havrenne – PRM em Guarulhos/SP
- Guilherme Fernandes Ferreira Tavares – PRM em Barra do Garças/MT
- Marco Antonio Delfino de Almeida – PRM em Dourados/MS

b) Iniciativas

- Elaboração de artigo publicado no jornal *O Globo*, com críticas à Lei nº 13.838/2019 e início da elaboração de representação por inconstitucionalidade contra a referida lei;
- Auxílio na elaboração de pareceres em ADI sobre regularização fundiária (Lei nº 11.952).

7.8 GT Intercameral Terceirização em Saúde

Criado pela Portaria 1ª e 5ª CCRs/MPF nº 10, de 8 de novembro de 2018, o Grupo de Trabalho Intercameral Terceirização em Saúde tem como objetivo, entre outros, identificar, formular e compartilhar formas eficientes para averiguar a regularidade da aplicação dos recursos federais repassados a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, provenientes de transferências fundo a fundo da saúde.

a) Composição

- Coordenadora: Ticiania Andrea Sales – PRM – Petrolina/Juazeiro/PE
- Alexandre Schneider – PRM – Bento Gonçalves/RS
- Sílvia Regina Pontes Lopes Acioli – PR/PE

b) Iniciativas:

- Roteiro de Atuação diante da terceirização da saúde pública.

7.9 GT Interinstitucional Fundef/Fundeb

Criado pela Portaria 1ª CCR/MPF nº 30, de 5 de dezembro de 2018, o GT Interinstitucional Fundef/Fundeb, representado pelo MPF, pelos MPs dos estados e por MPs de Contas, objetiva garantir que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), antigo Fundo de Manutenção e Desen-

volvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), sejam aplicados exclusivamente em serviços de educação.

a) Composição

I) do Ministério Público Federal:

- Bruna Menezes Gomes da Silva – PR/AM
- Carolina Augusta da Rocha Rosado – PR/TO
- Caroline Maciel da Costa Lima da Mata – PR/RN
- Cristiana Koliski Taguchi – PR/PR
- Edmundo Antonio Dias Netto Júnior – PR/MG
- Helder Magno da Silva – PR/MG
- José Guilherme Ferraz da Costa – PR/PB
- José Milton Nogueira Júnior – PRM em Sobral/CE
- José Ricardo Custodio de Melo Júnior – PRM em Rondonópolis/MT
- Juraci Guimarães Júnior – PR/MA
- Leandro Bastos Nunes – PR/BA
- Marcelo Mesquita Monte – PR/CE
- Marcelo Santos Correa – PR/PA
- Maria Cristina Manella Cordeiro – PR/RJ
- Martha Carvalho Dias de Figueiredo – PR/SE

- Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary – PR/AL
- Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves – PR/MS
- Raphael Luis Pereira Bevilaqua – PR/RO
- Tranvanvan da Silva Feitosa – PR/PI

II) do Ministério Público Estadual:

- Alexandre Batista dos Santos Couto Neto
- Antonio de Oliveira Lima
- Daniela Yokoyama
- Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
- Élder Ximenes Filho
- Elizabeth Maria Almeida de Oliveira
- Everângela Araújo Barros Parente
- José Carlos Fernandes Junior
- José Carlos Silva Castro
- Leonardo Dantas Nagashima
- Leonardo Quintans Coutinho
- Luciana Linero
- Luiz Gonzaga Martins Coelho

- Mavíael de Souza Silva
- Neyde Regina Demosthenes Trindade
- Rafael Machado de Oliveira
- Sandra Soares de Pontes
- Valmiro Santos Macêdo
- do Ministério Público de Contas
- Danilo Diamantino Gomes da Silva
- Elke Andrade Soares Moura
- Gleydson Antônio Alexandre
- Gustavo Henrique Albuquerque Santos
- Jairo Cavalcanti Vieira
- Leandro Maciel do Nascimento

b) Destaques:

- Roteiro de Atuação Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef);
- Infográfico “Entenda a ação coordenada Fundef”;
- Recomendação Conjunta nº 1/2018 e reiteração da importância de aplicar recursos do Fundef exclusivamente no desenvolvimento da educação básica brasileira (Ofício-Circular nº 8/2019/1ªCCR/MPF);

- Pedido à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para criação de rubrica orçamentária específica para recursos do Fundef/Fundeb;
- Desenvolvimento de ferramenta de BI para análise dos dados e geração de relatórios.

7.10 GT Interinstitucional Imunização

O Grupo de Trabalho Interinstitucional Imunização foi criado após deliberação da Audiência Pública “Programa Nacional de Imunização – Redução das Desigualdades Sociais”. O GT será composto por representantes do MPF e do MPEs.

A audiência pública teve como objetivo aprimorar as reflexões e discussões sobre as ações necessárias para preservar a excelência já alcançada pelo Programa Nacional de Imunização como instrumento de política de saúde pública e de cidadania para a redução das desigualdades sociais no Brasil, haja vista as recentes falhas relacionadas à baixa cobertura vacinal e à possibilidade de reintrodução de doenças já erradicadas, como o sarampo e a paralisia infantil.

a) Composição

I) do Ministério Público Federal:

- Bruno Araújo Soares Valente – PRM Castanhal/PA
- Edilson Vitorelli Diniz Lima – PRM Campinas/SP
- Hélder Magno da Silva – PR/MG
- Julia Rossi de Carvalho Sponchiado – PRM Araguaína/TO
- Melina Tostes Haber – PRM Osasco/SP
- Silvia Regina Pontes Lopes – PR/PE
- Ticiane Andrea Sales Nogueira – PRM Petrolina/PE

II) dos Ministérios Públicos dos Estados:

- Alley Borges Escorel – Promotor de Justiça no Estado da Paraíba
- André Luiz Dias Araújo – Promotor de Justiça no Estado do Amapá
- Ângela Salton Rotunno – Promotora de Justiça no Estado do Rio Grande do Sul
- Caroline Chiamulera – Promotora de Justiça no Estado do Paraná
- Clayton da Silva Germano – Promotor de Justiça no Distrito Federal e Territórios
- Denise Casanova Villela – Promotora de Justiça no Estado do Rio Grande do Sul
- Édipo Soares Cavalcante Filho – Promotor de Justiça no Estado de Pernambuco
- Karina D'Abruzzo – Promotora de Justiça no Estado de Goiás
- Emilia Oiye – Promotora de Justiça no Estado de Rondônia
- Fernanda da Cunha Moraes – Promotora de Justiça no Distrito Federal
- Francisco Ferreira de Lima Júnior – Promotor de Justiça no Estado de Sergipe
- Francisco Neves Júnior – Promotor de Justiça no Estado de Mato Grosso do Sul
- Gláucio Ney Shiroma Oshiro – Promotor de Justiça no Estado do Acre
- Iara Maria Pinheiro de Albuquerque – Promotora de Justiça no Estado do Rio Grande do Norte
- Inês Thomé Poldi Taddei – Promotora de Justiça no Estado do Espírito Santo
- Isabel Maria Salustiano Arruda Porto – Promotora de Justiça no Estado do Ceará
- Jairo Bisol – Promotor de Justiça no Distrito Federal e Territórios

- João Luiz de Carvalho Botega – Promotor de Justiça no Estado de Santa Catarina
- Karla Daniela Furtado Maia Carvalho – Promotora de Justiça no Estado do Piauí
- Márcia Lustosa Carreira – Promotora de Justiça no Estado do Rio de Janeiro
- Marco Antonio Teixeira – Promotor de Justiça no Estado do Paraná
- Maria Carolina de Almeida Antonaccio – Promotora de Justiça no Estado de São Paulo
- Nélio Costa Dutra Júnior – Promotor de Justiça no Estado de Minas Gerais
- Paulo Henrique Carvalho Prado – Promotor de Justiça no Estado de Alagoas
- Raniere da Silva Dantas – Promotor de Justiça no Estado da Paraíba
- Raquel Batista de Ataíde Fagundes – Promotora de Justiça no Estado do Rio Grande do Norte
- Rogério Luís Gomes de Queiroz – Promotor de Justiça no Estado da Bahia
- Suely Regina Ferreira Aguiar Catete – Promotora de Justiça no Estado do Pará
- Thiago Ribeiro Franco Vilela – Promotor de Justiça no Estado do Tocantins

b) Iniciativas

- **Audiência Pública** “Programa Nacional de Imunização – Redução das Desigualdades Sociais”;
- **Articulação com Secretários Estaduais de Saúde** – a 1ª CCR enviou ofício a todos os secretários de saúde dos estados brasileiros solicitando que as creches e as pré-escolas dos municípios verifiquem, no momento da matrícula, a caderneta de vacinação das crianças, informando às autoridades sanitárias e às respectivas famílias a ocorrência de falta das vacinas obrigatórias;
- **Recomendação Conjunta** – Articulação do CNMP com os MPs de expedição de recomendação conjunta aos prefeitos municipais a fim de que exijam a apresentação do Cartão de

Vacina atualizado no ato da matrícula nas escolas municipais, entre outras medidas;

- **Indicação de membro do GT Saúde da 1ª CCR** Bruno Araújo Soares Valente para representar o MPF no GT formado pela Secretaria de Vigilância Sanitária.

7.11 GT Interinstitucional Previdência e Assistência Social

Criado pela Portaria 1ª CCR/MPF nº 10/2019, de 11 de abril de 2019, o Grupo de Trabalho Interinstitucional Previdência e Assistência Social tem por finalidade:

- I) elaborar sugestões de diretrizes de atuação do Ministério Público Federal, no âmbito de suas atribuições, no tocante à melhoria da gestão e governança da Previdência obrigatória (Regime Geral da Previdência Social – RGPS e Regime Próprio da Previdência Social – RPPS e Complementar) e da Assistência Social, e no aprimoramento da legislação previdenciária e assistencial;
- II) auxiliar a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão na temática de Previdência e Assistência Social;
- III) representar, quando necessário, a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão em reuniões relacionadas ao assunto especificado.

a) Composição

- Coordenadora: Cristiana Koliski Taguchi (MPF)
- Coordenador substituto: Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra (TCU)

I) do Ministério Público Federal:

- Cristiana Koliski Taguchi – Procuradora da República no Estado do Paraná
- Fabiano de Moraes – Procurador da República em Caxias do Sul/RS

- Marcus Vinicius Aguiar Macedo – Procurador Regional da República da 4ª Região/RS
- Zélia Luiza Pierdoná – Procuradora Regional da República da 3ª Região/SP

II) do Instituto Nacional do Seguro Social:

- Renato Rodrigues Vieira – Presidente
- Márcia Eliza de Souza – Diretora de Benefícios
- Adler Anaximandro de Cruz e Alves – Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada

III) do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União:

- Eliane Viega Mota – Diretora de Auditoria de Previdências e Benefícios
- Leandro Rangel Santos – Chefe de Divisão da Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Previdência

IV) do Tribunal de Contas da União:

- Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra – Secretário da SecexPrevi
- Jorge Mendes de Castro Neto – Diretor de Fiscalização da SecexPrevi
- Eduardo Favero – Secretário Substituto da SecexPrevi

b) Iniciativas

- A interlocução entre os órgãos de controle que integram o grupo e o INSS viabilizou:
- ajustes nos planos de trabalho dos órgãos, a fim de aproveitar os trabalhos desenvolvidos e evitar retrabalhos;

- o acompanhamento das providências adotadas pelo INSS para o aprimoramento de sua gestão. Muitas das providências adotadas pela autarquia decorrem de sugestões apontadas em auditorias do TCU e da CGU, bem como das reuniões realizadas pelo GTI;
- a adoção de medidas para a redução da judicialização em matéria de Previdência e Assistência, em função da conclusão, pelo TCU, da auditoria sobre judicialização;
- a adoção de medidas, pelo INSS, para reduzir o número de pagamentos indevidos e irregulares.

7.12 GT Intercameral/Interinstitucional Proinfância

O Grupo de Trabalho Intercameral Proinfância, criado em 18 de abril de 2018, conforme Portaria Conjunta 1ª e 5ª CCRs/MPF nº 5/2018, objetiva fiscalizar e acompanhar a construção de creches e pré-escolas previstas no Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

Conforme a Portaria 1ª CCR/MPF nº 27, de 5 de dezembro de 2018, o GT Intercameral Proinfância foi convertido em GT Interinstitucional, com participação dos Ministérios Públicos Estaduais.

Os representantes da 1ª CCR atuam no acompanhamento das obras inacabadas que tiveram liberação de recursos, mas baixo percentual de execução, e que estão com os termos de convênio expirados, de maneira a fazê-las entrar em funcionamento. O foco dos membros da 5ª CCR, por sua vez, é averiguar as causas que levaram à paralisação das obras, identificando tipologias de fraudes e adotando providências para punição dos responsáveis.

a) Composição

I) do Ministério Público Federal:

- Fabiano de Moraes – PRM em Caxias do Sul/RS
- Felipe Torres Vasconcelos – PRM em Sousa/PB

- Filipe Andrios Brasil Siviero – PRM em Santo Ângelo/RS
- José Ricardo Custodio de Melo Junior – PRM em Rondonópolis/MT
- Maria Cristina Manella Cordeiro – PR/RJ
- Viviane Vieira de Araújo – PR/GO

II) do Ministério Público Estadual:

- Daniela Yokoyama – Promotora de Justiça no Estado de Minas Gerais
- Débora da Silva Vicente (titular) e Renata Vieira Carbonel Cyrne (suplente) – Promotoras de Justiça no Estado do Rio de Janeiro
- Liana Antunes Vieira Tormin – Promotora de Justiça no Estado de Goiás
- Rosângela Côrrea da Rosa – Promotora de Justiça no Estado do Rio Grande do Sul
- Sandra Soares de Pontes – Promotora de Justiça no Estado do Maranhão
- Valmiro Santos Macêdo – Promotor de Justiça no Estado da Bahia

b) Iniciativas

- Nota Técnica e Infográfico com sugestão de atuação interinstitucional;
- Recomendação Conjunta nº 3/2019 com o fito de recomendar ao MEC e ao FNDE a adoção de providências orçamentárias e administrativas para que as obras pactuadas por intermédio do Proinfância possam ser concretamente finalizadas com vistas ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE);
- Acordo de Cooperação entre MPF e ONG Transparência Brasil;
- Desenvolvimento de ferramenta de BI para análise dos dados e geração de relatórios.

7.13 Relatoria EBSE RH

A Relatoria EBSE RH foi instituída pela Portaria 1ªCCR/MPF nº 28, de 5 de dezembro de 2018, com o objetivo de avaliar a atuação da EBSE RH na gestão dos Hospitais Universitários Federais. A titularidade da Relatoria é exercida pela procuradora da República no município de Petrolina/PE **Ticiane Andrea Sales Nogueira**.

7.14 Relatoria Hemoderivados

A Relatoria Hemoderivados foi instituída pela Portaria 1ªCCR/MPF nº 29, de 5 de dezembro de 2018, com o objetivo de avaliar as questões atinentes à economicidade de contratações em detrimento da produção nacional no complexo industrial da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), localizado em Goiana/PE. A titularidade da relatoria é exercida pelo procurador regional da República da 1ª Região Ronaldo Meira de Vasconcellos Albo, e a suplência da Relatoria pela procuradora da República em Pernambuco Silvia Regina Pontes Lopes.

7.15 Relatoria Oncologia

Criada pela Portaria 1ª CCR/MPF nº 6, de 14 de fevereiro de 2019, a Relatoria Especial Oncologia tem por finalidade:

- I) elaborar sugestões de diretrizes de atuação do Ministério Público Federal, no âmbito de suas atribuições, no tocante à melhoria da gestão e governança para a implementação da Política Nacional de Atenção Oncológica (abrangendo os aspectos ligados à promoção, à prevenção, ao diagnóstico, ao tratamento, à reabilitação e aos cuidados paliativos), e no aprimoramento da legislação pertinente;
- II) auxiliar a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão na temática Oncologia;
- III) representar, quando necessário, a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão em reuniões relacionadas ao assunto especificado.

a) Composição

- Alexandre Schneider – PRM em Bento Gonçalves/RS
- Tito Lívio Seabra – PRM em Presidente Prudente/SP

7.16 Relatoria Especial para fiscalizar a efetiva implementação da Lei nº 12.732/2012

A Relatoria Especial para fiscalizar a efetiva implementação da Lei nº 12.732/2012 foi instituída pela Portaria 1ªCCR/MPF nº 4, de 18 de abril de 2018, com o objetivo de: a) fiscalizar a efetiva implementação da Lei nº 12.732/2012, de 22 de novembro de 2012, “a Lei dos 60 dias”, a qual fixa o prazo máximo de 60 dias, da data do laudo patológico, para o Sistema Único de Saúde (SUS) iniciar o tratamento dos pacientes diagnosticados com neoplasia maligna; b) a relatoria compreenderá também o monitoramento dos sistemas de controle para o efetivo cumprimento da lei. A titularidade da relatoria é exercida pelo procurador regional da República da 4ª Região **Waldir Alves** e a suplência pela procuradora da República em Campina Grande/PB **Acácia Soares Peixoto Suassuna**.

7.17 Projeto Cidadão em Ação

O Projeto Cidadão em Ação visa estimular e qualificar cidadãos a realizarem, de forma permanente, a fiscalização dos atos dos gestores públicos de suas respectivas localidades. A começar por uma oficina piloto em 6 municípios paraibanos abrangidos na área de atribuição da Procuradoria da República no Município de Campina Grande/PB.

A iniciativa parte da premissa de que o controle social sobre a Administração Pública tem considerável potencial de eficácia e se constitui uma ferramenta útil aos órgãos de controle que teriam acesso, a partir de representações mais qualificadas, a informações atuais e mais precisas sobre a realização das despesas, a eficiência do gasto público e a qualidade e quantidade do serviço público prestado pelos entes municipais.

Além do maior potencial de eficácia, o controle social não onera os cofres públicos, sendo, no cenário atual de crise econômica, o meio mais eficiente de controle da Administração Pública.

O projeto também tem por finalidade:

- a) difundir, no estado da Paraíba, a ideia de que o cidadão tem o dever de fiscalizar os atos da Administração Pública, considerando ser ele o destinatário dos serviços públicos;
- b) elaborar e disponibilizar material para capacitação do cidadão;
- c) qualificar cidadãos de diversos municípios para que possam desempenhar a função fiscalizatória utilizando técnicas de fácil assimilação e elevada eficácia;
- d) produzir manual de atuação para difusão nos municípios interessados em capacitar o cidadão; e
- e) garantir treinamento da equipe que será encarregada das capacitações nos municípios participantes do projeto.

Atualmente, o projeto encontra-se na fase de execução, sendo gerenciado pelo procurador da República **Bruno Galvão Paiva**.

7.18 Projeto Diagnóstico da Conformidade das Renúncias Fiscais do Cebas-Saúde

Autorizado pela Portaria PGR/MPF nº 637, de 9 de julho de 2018, o projeto visa analisar a conformidade das renúncias fiscais do Cebas-Saúde, de modo a:

- garantir o cumprimento da norma, por meio de recomendações e produção de peças jurídicas;
- fortalecer as parcerias existentes e propiciar novos acordos;

- fomentar o debate interinstitucional e social sobre o tema, por meio da troca de experiência dos especialistas, convidados e participantes presentes;
- fomentar a atuação do Ministério da Saúde na concessão e renovação do Cebas-Saúde;
- fomentar a avaliação das contrapartidas dadas pelos hospitais beneficentes em relação aos que vêm gozando de isenções, de forma a proporcionar uma boa gestão dos recursos do SUS;
- possibilitar a transparência na relação entre a isenção e o benefício ofertado pelas entidades beneficentes; e
- subsidiar o controle externo e social.

Atualmente, o projeto encontra-se na fase de execução, sendo gerenciado pela procuradora da República **Ticiane Andrea Sales Nogueira**.

7.19 Projeto Diagnóstico da Conformidade das Renúncias Fiscais do Cebas-Educação

Autorizado pela Portaria PGR/MPF nº 696, de 22 de agosto de 2019, o projeto visa analisar as políticas de *compliance* e contrapartidas sociais das beneficentes das renúncias fiscais do Cebas-Educação, sob pena de vulnerar o erário, em especial quando o valor do benefício fiscal superar aquele do emprego social.

Serão propostas medidas para resolução das distorções constatadas no Acórdão 822/2018-TCU-Plenário, em especial a utilização de métricas para apurar as contrapartidas sociais das beneficentes, evidenciando quando o valor do benefício fiscal superar aquele do emprego social, bem como para correção do fluxo da certificação.

São benefícios do projeto:

- a) fomentar o debate interinstitucional e social sobre o tema, por meio da troca de experiência dos especialistas, convidados e participantes presentes;

- b) garantir o cumprimento da norma, por meio de recomendações e produção de peças jurídicas;
- c) fomentar a atuação do Ministério da Educação na concessão, renovação e monitoramento do Cebas-Educação;
- d) fomentar a avaliação das contrapartidas sociais dadas pelas instituições de ensino em relação ao que vêm gozando de isenções, de forma a proporcionar uma boa gestão dos recursos da União;
- e) possibilitar a transparência na relação entre a isenção e o benefício ofertado pelas entidades beneficentes;
- f) garantir o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, instituição, controle e avaliação das políticas públicas educacionais financiadas com base nesses recursos; e
- g) subsidiar o controle externo e social.

Atualmente, o projeto encontra-se na fase de execução, gerenciado pela procuradora da República **Maria Cristina Manella Cordeiro**.

7.20 Projeto *Ranking* da Transparência das Informações Educacionais – Fase 1

- Autorizado pela Portaria PGR/MPF nº 632, de 9 de julho de 2018, o Projeto *Ranking* da Transparência das Informações Educacionais – Fase 1 tem como finalidade:
- criar uma metodologia de trabalho que apoie o Ministério Público Federal na verificação do cumprimento: da aplicação do mínimo constitucional atribuído por meio do art. 212 da Carta Magna; da correta destinação de recursos como determina o art. 22 da Lei nº 11.494/2007 (Lei do Fundeb); da prestação bimestral de contas dos gastos com educação, em cumprimento ao que dispõe o art. 52 da LRF;

- sistematizar a fiscalização do preenchimento dos dados relativos à educação no Siope pelos entes, para possibilitar o cumprimento da Lei nº 11.738/2008, que regulamentou a alínea "e" do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;
- incentivar os entes a cumprirem a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) no tocante às informações relativas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;
- elaborar atuação coordenada, em âmbito nacional, a fim de que sejam propiciados subsídios aos membros do MPF para atuação em casos que envolvam o não preenchimento correto dos dados do Siope e a não prestação bimestral de contas relativas aos gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino;
- elaborar diagnóstico sobre a transparência dos gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino das unidades da Federação. Após a o diagnóstico inicial, serão expedidas recomendações de forma automatizada para que as irregularidades sejam sanadas e, em caso negativo, ajuizadas ações civis públicas de simultâneas em uma ação coordenada.

Atualmente, o projeto encontra-se na fase de execução, sendo gerenciado pela procuradora da República **Maria Cristina Manella Cordeiro**.

7.21 Projeto Rede Ferroviária Federal S.A.

Autorizado pela Portaria PGR/MPF nº 265, de 22 de abril de 2019, o Projeto Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA) visa:

- promover um levantamento, em âmbito nacional, do andamento dos trabalhos da inventariança da RFFSA;
- elaborar um plano estratégico de atuação coordenada, em âmbito nacional, a fim de que sejam propiciados subsídios ao MPF para atuação em casos que envolvam o espólio da RFFSA;

- fomentar a revisão, pela SPU, dos Termos de Permissão de Uso dos imóveis não operacionais que pertenciam à RFFSA, a fim de que sejam readequados os valores aos parâmetros atuais de mercado, ou ainda para a rescisão dos contratos com os permissionários, quando o interesse público exigir outra destinação aos bens dominicais objetos da permissão de uso;
- verificar a destinação dos bens de valor histórico e artístico pertencentes à RFFSA;
- propiciar a intervenção coordenada do MPF, com o escopo de corrigir falhas na transferência dos bens da Inventariança à SPU e ao Dnit, de modo a agilizar o processo, na tutela do patrimônio público e social.

Atualmente, o projeto encontra-se na fase de execução, gerenciado pelo procurador da República **Edilson Vitorelli Diniz Lima**.

7.22 Outras ações de coordenação

a) Recomendação para suspensão imediata de voos com Boeing modelo 737 MAX 8

Expedida em março de 2019, a recomendação é dirigida ao diretor-presidente da Anac e assinada pelos coordenadores da 1ª CCR e da 3ª CCR, os subprocuradores-gerais da República Elizeta Ramos e Antônio Augusto Aras, respectivamente.

Segundo o documento, é essencial “prevenir para que não ocorram futuros acidentes”. Por isso, todas as operações com o modelo 737 MAX 8 deveriam ser imediatamente interrompidas pela Anac, até que as autoridades cheguem às causas dos dois acidentes na Etiópia e na Indonésia. As Câmaras do MPF lembram que essa foi a providência adotada pela União Europeia, por meio da *European Union Aviation Safety Agency* (Easa), que reúne 30 países do continente. Além disso, China, Indonésia, Tailândia, Cingapura, Malásia, Austrália e Omã suspenderam as operações com o modelo.

b) 1ª CCR e MS definem estratégia para aprimorar fiscalização de recursos federais da saúde

A 1ª Câmara reuniu-se com representantes do Ministério da Saúde (MS) e auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), ocasião na qual foram discutidas possíveis soluções para os problemas na gestão de recursos federais da saúde repassados aos estados e municípios.

Na reunião, foi definida estratégia conjunta focada no aprimoramento da gestão orçamentária e financeira, bem como do planejamento, monitoramento, controle e avaliação das políticas e ações de saúde. A principal medida diz respeito à regulamentação do § 2º do art. 13 da Lei Complementar nº 141/2012, que trata da destinação dos recursos federais para a saúde dos estados e municípios, em especial aqueles transferidos a entidades do terceiro setor para execução de serviços, fornecimento de insumos e também gestão de unidades de saúde.

c) Cooperação técnica entre o CNJ e o Instituto Articule

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Instituto Articule firmaram termo de cooperação técnica para aprimorar as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) em relação aos dados estatísticos referentes à educação. Ao assinar o acordo, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, disse que o aprimoramento das tabelas processuais dará ao Poder Judiciário e à sociedade maior conhecimento acerca dos assuntos relacionados às ações do segmento da educação que tramitam na Justiça brasileira.

O Instituto Articule atua para promover o diálogo interinstitucional e conta com representantes de diversos órgãos governamentais, entre eles o MPF. A procuradora da República Maria Cristina Manella, que integra o GT Educação da 1ª Câmara, participa do Articule e atuou na estratificação dos assuntos da tabela do CNJ no tocante à temática da educação, junto com representantes dos Ministérios Públicos dos estados. Já a solenidade de assinatura do acordo teve a participação da procuradora regional da República Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva, que é conselheira do CNJ e membro suplente da 1ª CCR, e do vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia.

d) Criação de rubrica orçamentária específica para recursos do Fundef/Fundeb

A Secretaria de Tesouro Nacional (STN) informou ao Ministério Público Federal (MPF) que irá criar, a partir de 2020, rubrica orçamentária específica para os recursos que estados e municípios receberão a título de complementação do Fundef/Fundeb. O pedido de criação da rubrica foi feito pela 1ª Câmara, com o objetivo de facilitar o controle e a fiscalização do emprego dos recursos.

e) Elaboração de Nota técnica em que analisa os possíveis impactos do Decreto nº 9.759/2019

A 1ª Câmara elaborou nota técnica em que analisa os possíveis impactos do Decreto nº 9.759/2019, que extingue conselhos de participação social. O documento aponta a inconstitu-

cionalidade do decreto, que representa, na prática, a extinção da Política e do Sistema Nacional de Participação Social e compromete o controle social, a fiscalização, a transparência e a publicidade da atuação estatal previstos na Constituição. O texto foi assinado pela coordenadora da 1ª CCR, a subprocuradora-geral da República Elizeta Ramos.

f) Elaboração de identidade visual para os GTs Interinstitucionais da 1ª CCR

A Secretaria de Comunicação do MPF elaborou, a pedido da 1ª Câmara, identidade visual para os GTs Interinstitucionais da 1ª CCR. A representação gráfica dessa atuação foi inspirada nos pássaros que migram em conjunto, de modo organizado e colaborativo. O lugar de cada ave e a sincronia do voo são importantes para que as viagens distantes tenham baixo gasto de energia. Ao bater as asas, o pássaro que vai à frente forma, atrás dele, um vácuo que ajuda os outros a planar por mais tempo e com menos esforço. Vale destacar que há momentos de troca de posições, quando outro pássaro assume a liderança do voo. Na atuação interinstitucional, o MPF pode ser o pássaro líder, mas também há espaço para que outras instituições assumam o protagonismo das ações.

Figura 2. Identidade Visual dos Grupos de Trabalho Interinstitucionais



7.23 Reuniões de Coordenação com o Colegiado da 1ª CCR

No decorrer do exercício de 2019, oportunidade na qual o Colegiado encontrava-se reunido para sua sessão ordinária de coordenação, a 1ª Câmara reuniu-se com diversos órgãos e autoridades para debater os assuntos prioritários do órgão e buscar parcerias de atuação conjunta. Na tabela a seguir, estão descritas as principais reuniões ocorridas com o Colegiado da 1ª CCR durante o ano de 2019.

Tabela 5 – Reuniões de Coordenação com o Colegiado da 1ª CCR

Reunião	Resumo
Reunião da 1ª CCR com representantes da 3ª CCR, do Dnit e da ANTT, em 20/2/2019	O encontro teve por objetivo aprimorar as reflexões e as ações necessárias para solução conjunta acerca dos problemas centrais que envolvem o uso das faixas laterais de domínio e das áreas adjacentes às estradas e rodovias, a instalação de balanças para controle de excesso de peso nas Rodovias Federais, a implantação de Posto Integrado Automatizado de Fiscalização (Piaf), a qualidade do pavimento das mencionadas estradas, bem como a identificação da razão do número excessivo de acidentes com danos pessoais e materiais.
Reunião da 1ª CCR com representantes do MEC, do FNDE e do Inep, em 13/3/2019	O encontro teve por objetivo aprimorar as reflexões e alinhar entendimentos sobre as ações necessárias para se alcançar a excelência na Educação como principal instrumento de cidadania para a redução das desigualdades sociais.
Reunião da 1ª CCR com representantes do TCU e do Ministério da Saúde, em 27/3/2019	Reunião para debater sobre a necessidade de regulamentação do § 2º do art. 13 da Lei Complementar nº 141/2012, que estabelece a necessária regulamentação, por ato próprio do chefe do Poder Executivo da União, para a definição dos critérios e procedimentos a serem observados na transferência e movimentação dos recursos da União aos demais entes da Federação.
Reunião da 1ª CCR com representantes do CNMP, do MP/AC, do MP/AL, do MP/CE, do MPDFT, do MP/ES, do MP/MS, do MP/PA, do MP/PR, do MP/RN e do MP/SP, em 24/4/2019	Reunião com os integrantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional Imunização criado com o objetivo de promover ações conjuntas entre o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais para a concretização de políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros, em especial aquelas cujo objetivo seja preservar a excelência já alcançada pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) como instrumento de política de saúde pública e de cidadania para a redução das desigualdades sociais no Brasil.

Reunião	Resumo
Reunião da 1ª CCR com representantes do TCU e do Ministério da Saúde, em 8/5/2019	Reunião com representantes do Ministério Público Federal, do Ministério da Saúde e do Tribunal de Contas da União, para dar prosseguimento às tratativas do encontro ocorrido em 27 de março, que tratou da necessidade de regulamentação do § 2º do art. 13 da Lei Complementar nº 141/2012, para a definição dos critérios e procedimentos a serem observados na transferência e movimentação dos recursos da União aos demais entes da Federação. Na ocasião, os representantes do Ministério da Saúde apresentaram um Plano de Ação com propostas de iniciativas para o aprimoramento da gestão orçamentária e financeira e do monitoramento e controle das políticas e ações de saúde.
Reunião da 1ª CCR com representantes do Dnit, em 25/6/2019	A 1ª CCR questionou o Dnit sobre o andamento das etapas de identificação e regularização do Programa Federal de Faixas de Domínio (Profaixa). O programa existe desde 2015, mas até então não possui cronograma específico para todas as etapas de execução. No encontro, o diretor de Planejamento e Pesquisa do Dnit, Luiz Guilherme Rodrigues, apresentou a nova metodologia do programa, com foco na construção de uma base de dados georreferenciada. Segundo ele, a plataforma tornará possível a identificação de todas as faixas de domínio do país por imagem.
Reunião da 1ª CCR com representantes do TCU, em 26/6/2019	Compartilhamento com a 1ª CCR dos principais pontos de risco identificados pelo TCU que envolvem a governança e a gestão das Universidades e dos Institutos Federais, ressaltando os temas já trabalhados e aqueles que serão objeto de fiscalização, em especial quanto aos gastos nas Universidades e Institutos Federais. As informações a serem compartilhadas servirão de subsídio para definição das prioridades de atuação da 1ª CCR durante o presente exercício.
Reunião da 1ª CCR com representantes da Fenam, em 7/8/2019	A Federação Nacional dos Médicos convocou reunião com 1ª CCR para tratar da situação crítica da condição de vida do Médico Perito da Justiça Federal.
Audiência com o deputado Abou Anni (PSL-SP), em 11/9/2019	Trata-se de audiência proposta pelo deputado federal Abou Anni neste órgão colegiado para expor possível ilegalidade da Resolução Contran nº 730, de 6 de março de 2018, que “estabelece os critérios e requisitos técnicos para a homologação dos cursos e das plataformas tecnológicas, na modalidade de ensino à distância” e confere competência ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) para homologação desses cursos. O parlamentar elucida que os requisitos para homologação de cursos a distância, contidos na referida norma, extrapolam os aspectos educacionais da formação, configurando um “credenciamento” de instituições, o que invadiria competência atribuída pelo Código de Trânsito Brasileiro aos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detran).

Reunião	Resumo
Reunião da 1ª CCR com representantes do MEC, da Capes e da Anpgiees, em 27/9/2019	A 1ª Câmara realizou reunião com representantes do Ministério da Educação (MEC), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior (Anpgiees) para tratar da expedição de diplomas falsos e de cursos irregulares na educação superior. Na ocasião, o presidente da Anpgiees relatou os casos de conhecimento daquela associação acerca da expedição de diplomas falsos, bem como solicitou apoio da 1ª CCR/MPF, do MEC e da Capes para atuar em parceria, com vistas ao enfrentamento da questão.
Reunião da 1ª CCR com representantes do CNMP, em 9/10/2019	Os membros representantes da Comissão de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na Saúde do CNMP, Daniel dos Santos Rodrigues e Jairo Bisol, explanaram acerca da existência dos bolsões de baixa imunização, o que representa perigo em caso de epidemias; ressaltaram que a função da referida comissão do CNMP é de acompanhamento, sem ação ostensiva de coordenação; sugeriram que a 1ª CCR realizasse um encontro com a Secretaria de Vigilância em Saúde, a fim de discutir uma estratégia de atuação para a resolução da questão em tela.
Reunião da 1ª CCR com representantes do Ministério da Saúde, em 23/10/2019	Trata-se de reunião com o Ministério da Saúde para que apresentem minuta de decreto para regulamentação da movimentação de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), no âmbito do SUS, exclusivamente por meio eletrônico e com a identificação de seus beneficiários finais, tendo em vista ausência de ato próprio do chefe do Poder Executivo da União regulamentando o disposto no § 2º do art. 13 da Lei Complementar nº 141/2012.
Reunião da 1ª CCR com representantes da Opas/OMS, em 23/10/2019	Trata-se de reunião com a Organização Mundial de Saúde para tratar sobre os problemas relativos à qualidade de lotes da vacina conjugada pentavalente líquida (contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, <i>hemophilus influenza</i> tipo B), adquiridos recentemente, que motivaram, inclusive, a publicação das Resoluções nº 1.831, de 9 de julho de 2019, e nº 1.911, de 17 de julho de 2019 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Reunião da 1ª CCR com representantes da SVS, da Anvisa, da Comissão de Saúde do CNMP e da OMS, em 20/11/2019	Busca de uma solução conjunta para a problemática, objeto das Resoluções nº 1.831, de 9 de julho de 2019, e nº 1.911, de 17 de julho de 2019.

Reunião	Resumo
Reunião da 1ª CCR com representantes do Inep, em 4/12/2019	Trata-se de reunião suscitada a partir de deliberação do Colegiado da 1ª CCR/MPF em sua 15ª Sessão de Coordenação, ocorrida no dia 9 de outubro, pela retomada do diálogo com o Inep para celebração de acordo de cooperação, com o objetivo de estimular e promover o intercâmbio de conhecimentos, informações e bases de dados estatísticos, a fim de subsidiar os trabalhos do GT-Educação da 1ª CCR.
Reunião da 1ª CCR com representantes do Dnit e do Comando de Engenharia do Exército, em 4/12/2019	Trata-se de reunião suscitada pelo coordenador do GT-Rodovias Federais da 1ª CCR, Filipe Andrios Brasil Siviero, para tratar acerca da execução dos projetos de recuperação/implantação/adequação de rodovias federais.

8 EVENTOS

8.1 Oficina Políticas Públicas Baseadas em Evidências

Com o tema Modelo Lógico para Políticas Públicas: um Instrumento para Avaliação de Políticas Públicas Baseadas em Evidências, realizada nos dias 18 e 19 de novembro, teve o objetivo de capacitar os membros que atuam na temática da 1ª Câmara para avaliação dessas políticas, a partir da incorporação das evidências produzidas pela pesquisa científica.

Compuseram a mesa de abertura do evento a corregedora-geral do MPF, a subprocuradora-geral da República Elizeta Maria de Paiva, o membro decano da 1ª CCR, subprocurador-geral da República Haroldo Ferraz, o secretário de Cooperação Internacional do MPF e o subprocurador-geral Hindemburgo Chateaubriand. Estiveram presentes na cerimônia membros da 1ª CCR, os subprocuradores-gerais Lindôra Maria de Araújo, Paulo Gustavo Gonet Branco e o procurador Regional da República Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, atual chefe de gabinete do PGR. Os coordenadores da 2ª, 3ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, os subprocuradores-gerais da República Luiza Frischeisen, Luiz Augusto Santos e Maria Iraneide, respectivamente, também participaram, assim como os subprocuradores-gerais da República Renato Brill de Goes e Onofre de Faria Martins.

Figura 3. Identidade Visual da Oficina

Arte: Secom.

8.2 Oficinas de capacitações do Projeto Cidadão em Ação

O procurador da República em Campina Grande, Bruno Galvão Paiva, ministrou duas oficinas no estado da Paraíba, com duração de três horas cada, explicando como os cidadãos podem exercer o controle social, fiscalizando programas governamentais e gastos públicos. As oficinas são o resultado da execução do Projeto Cidadão em Ação, patrocinado pela 1ª Câmara. Durante os dias de capacitação, foi distribuída uma cartilha elaborada em parceria com a 1ª Câmara.

Figura 4. Identidade Visual do Projeto Cidadão em Ação

Arte: Secom.

a) Capacitação na cidade de Areia/PB

A primeira capacitação ocorreu em 28 de agosto de 2019, no Teatro Minerva, e contou com a participação de mais de 60 pessoas, entre estudantes, políticos locais, representantes de conselhos e sindicatos, entre outros.

Figura 5. Capacitação do Projeto Cidadão em Ação na cidade de Areia/PB

Foto: Ascom MPF/PB.

b) Capacitação na cidade de Campina Grande/PB

Depois de ter início no Teatro Minerva, na cidade de Areia, a segunda etapa do Projeto Cidadão em Ação ocorreu em Campina Grande/PB, de 14 a 18 de outubro de 2019, no auditório da sede do Ministério Público Federal (MPF).

Figura 6. Capacitação do Projeto Cidadão em Ação na cidade de Campina Grande/PB



Foto: Ascom MPF/PB.

c) Capacitação na cidade de Cuité e Juazeirinho/PB

Mais de 150 pessoas foram capacitadas pelo Projeto Cidadão em Ação no final de outubro nas cidades de Cuité e Juazeirinho (PB). Ao todo, já foram capacitados, na Paraíba, mais de 300 cidadãos na fase piloto do projeto.

Figura 7. Capacitação do Projeto Cidadão em Ação na cidade de Juazeirinho/PB



Foto: Ascom MPF/PB.

8.3 Audiência pública no Senado Federal para discutir a renovação e a revisão do Fundeb

Em audiência pública no Senado Federal, a procuradora da República Maria Cristina Manella Cordeiro, coordenadora do Grupo de Trabalho Educação da 1ª Câmara, defendeu a implementação efetiva do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) para substituir o atual modelo de redistribuição de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O debate foi promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte nessa terça-feira (20) e teve como objetivo discutir o fim da vigência do financiamento, previsto para dezembro de 2020.

Figura 8. Audiência pública no Senado Federal para discutir a renovação e a revisão do Fundeb



Foto: Leonardo Prado/Secom/PGR.

8.4 Audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a reforma da previdência, com enfoque especial na aposentadoria das mulheres

A procuradora regional da República e integrante do Grupo de Trabalho Previdência e Assistência Social Zélia Luiza Pierdoná representou a 1ª Câmara em audiência pública na Câmara dos Deputados, para discutir a reforma da previdência, com enfoque especial na aposentadoria das mulheres.

De acordo com a procuradora Zélia Pierdoná, o modelo atual da previdência, além de insustentável, privilegia poucas mulheres de classe social mais elevada e exclui boa parte daquelas mais pobres. Ela defendeu mudanças que tornem as condições de acesso à previdência mais justas e equilibradas para homens e mulheres.

Figura 9. Audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a reforma da previdência



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados.

8.5 Audiência pública no Senado Federal para discutir transparência e planejamento na construção de creches e pré-escolas no Proinfância

O procurador da República Filipe Siviero participou de audiência pública no Senado Federal para discutir a situação de obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas de creches e pré-escolas no país, financiadas com recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). Filipe destacou que, em muitos casos, faltou planejamento, transparência e eficácia na execução das obras. O debate foi promovido pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado.

Figura 10. Audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a reforma da previdência



Foto: Leonardo Prado Secom/PGR.

9 SESSÕES

9.1 Sessões de Revisão e Coordenação

Em 2019, foram realizadas 20 sessões ordinárias de revisão e coordenação. De 2014 até junho de 2018, as sessões de coordenação e revisão foram realizadas em conjunto. Com o novo Colegiado da 1ª CCR, a partir de agosto de 2018, as sessões de coordenação foram realizadas em separado, bem como numeradas à parte. As atas podem ser consultadas no endereço <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr1/atos-e-publicacoes/atas-das-sessoes>.

Os votos e decisões da 1ª Câmara se encontram disponibilizados no Portal da Transparência, no item consulta processual, sendo que é possível a busca por relator, área, unidade da Federação de origem, unidade do MPF de origem, data e números vinculados.

Sessões de Revisão:

- 327ª (1ª de 2019) Sessão de Revisão, em 6/2/2019
- 328ª (2ª de 2019) Sessão de Revisão, em 20/2/2019
- 329ª (3ª de 2019) Sessão de Revisão, em 13/3/2019
- 330ª (4ª de 2019) Sessão de Revisão, em 27/3/2019
- 5ª Sessão de Revisão de 2019, em 10/4/2019
- 6ª Sessão de Revisão de 2019, em 24/4/2019
- 7ª Sessão de Revisão de 2019, em 8/5/2019
- 8ª Sessão de Revisão de 2019, em 22/5/2019
- 9ª Sessão de Revisão de 2019, em 5/6/2019
- 10ª Sessão de Revisão de 2019, em 26/6/2019
- 11ª Sessão de Revisão de 2019, em 07/8/2019
- 12ª Sessão de Revisão de 2019, em 21/8/2019
- 13ª Sessão de Revisão de 2019, em 11/9/2019
- 14ª Sessão de Revisão de 2019, em 27/9/2019
- 15ª Sessão de Revisão de 2019, em 9/10/2019
- 16ª Sessão de Revisão de 2019, em 23/10/2019
- 17ª Sessão de Revisão de 2019, em 12/10/2019
- 18ª Sessão de Revisão de 2019, em 20/11/2019

- 19ª Sessão de Revisão de 2019, em 4/12/2019
- 20ª Sessão de Revisão de 2019, em 18/12/2019

Sessões de Coordenação:

- 3ª (1ª de 2019) Sessão de Coordenação, em 6/2/2019
- 14ª (2ª de 2019) Sessão de Coordenação, em 20/2/2019
- 15ª (3ª de 2019) Sessão de Coordenação, em 13/3/2019
- 16ª (4ª de 2019) Sessão de Coordenação, em 27/3/2019
- 5ª Sessão de Coordenação de 2019, em 10/4/2019
- 6ª Sessão de Coordenação de 2019, em 24/4/2019
- 7ª Sessão de Coordenação de 2019, em 8/5/2019
- 8ª Sessão de Coordenação de 2019, em 22/5/2019
- 9ª Sessão de Coordenação de 2019, em 5/6/2019
- 10ª Sessão de Coordenação de 2019, em 26/6/2019
- 11ª Sessão de Coordenação de 2019, em 7/8/2019
- 12ª Sessão de Coordenação de 2019, em 21/8/2019
- 13ª Sessão de Coordenação de 2019, em 11/9/2019
- 14ª Sessão de Coordenação de 2019, em 27/9/2019
- 15ª Sessão de Coordenação de 2019, em 9/10/2019
- 16ª Sessão de Coordenação de 2019, em 23/10/2019
- 17ª Sessão de Coordenação de 2019, em 12/11/2019
- 18ª Sessão de Coordenação de 2019, em 20/11/2019
- 19ª Sessão de Coordenação de 2019, em 4/12/2019
- 20ª Sessão de Coordenação de 2019, em 18/12/2019

9.2 Julgamentos em destaque

Relatora: Dra. Celia Regina Souza Delgado Voto nº: 864/2019/PCL

Origem: PRR/1ª REGIÃO – BRASÍLIA

Número: 1.23.000.000358/2015-77

Procurador Oficiante: Dr. Marcelo Santos Correa

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. REMESSA DA PFDC. EDUCAÇÃO. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB). SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DE RECUR-

SOS FEDERAIS DESTINADOS À EDUCAÇÃO, POR PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM/PA. 1. Discriminação de diversos problemas no manejo de recursos oriundos do FUNDEB, tais como falta de pagamento da remuneração dos profissionais da educação com a verba disponibilizada a título de complemento pela União, falta de prestação de contas, atrasos nos pagamentos etc. 2. Declínio de atribuição sob o fundamento de que "os recursos ora analisados são distribuídos automaticamente, tratando-se de valores percentuais aos Estados e Municípios, não cabendo ao MEC/FNDE qualquer discricionariedade acerca da distribuição dos mesmos". 3. Inexistência de interesse federal direto, senão o interesse local da comunidade e, principalmente, dos professores da educação básica da municipalidade. 4. Atribuição do Ministério Público do Estado do Pará para atuar diante dos indícios de irregularidades por parte da Prefeitura do Município de Marapanim/PA. PELA HOMOLOGAÇÃO, ACOLHENDO, COMO RAZÕES DE DECIDIR, OS FUNDAMENTOS INVOCADOS PELO MEMBRO OFICIANTE.

Relatora: Dra. CELIA REGINA SOUZA DELGADO Voto nº: 1327/2019/PCL

Origem: PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA

Número: 1.14.000.003483/2018-91

Procurador Oficiante: Dr. EDSON ABDON PEIXOTO FILHO

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. FISCALIZAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL. CONCURSO PÚBLICO. ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar suposta irregularidade por parte da Fundação CESPE/CEBRASPE (Centro de Seleção e de Promoção de Eventos Universidade de Brasília) ao descumprir o Art. 1º, II, da Lei nº 13.656/2018, que prevê isenção do pagamento de inscrição em concursos públicos aos candidatos doadores de medula óssea. 2. Durante a instrução, a CEBRASPE informou que a isenção do inciso II, Art. 1º refere-se apenas a quem efetivamente já doou a medula, não bastando que o candidato tenha efetuado apenas o cadastro no REDOME, o qual não obriga a pessoa a realizar a doação, ficando esta livre para optar mesmo após ter se disponibilizado no registro. Na oportunidade, apresentou pareceres no sentido de que o simples cadastro como voluntário não faz do cidadão um doador de medula, e de que conceder isenção para todos os que apenas possuem cadastro seria excessivamente oneroso para o Estado e para os participantes do concurso que não possuísem tal prerrogativa. 3. O Procurador oficiante promoveu o arquivamento sob o fundamento de que inexistem indícios de irregularidades na conduta da organizadora do concurso. PELA HOMOLOGAÇÃO, ACOLHENDO COMO RAZÕES DE DECIDIR, OS FUNDAMENTOS INVOCADOS PELO MEMBRO OFICIANTE.

Relatora: Dra. LINDORA MARIA ARAUJO Voto nº: 1737/2019

Origem: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IPATINGA – MG

Número: 1.22.010.000013/2018-84 – Eletrônico

Procurador Oficiante: Dr. BRUNO JOSE SILVA NUNES

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÓ-INFÂNCIA). IRREGULARIDADE NA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA INFANTIL. MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG. A OBRA SOFREU ATRASO, MAS JÁ SE ENCONTRA COM, 70,11% DE EXECUÇÃO, REFERENTE À VISTORIA MUNICIPAL REALIZADA EM 16/11/2018, E A VIGÊNCIA DO CONVÊNIO N. 10901/2014 FOI PRORROGADA ATÉ 31/12/2019. O VALOR REPASSADO AO MUNICÍPIO PELO FNDE ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A EXECUÇÃO DA OBRA, UMA VEZ QUE OS RECURSOS SÃO LIBERADOS PELA UNIÃO À MEDIDA QUE A OBRA VAI SENDO CONCLUÍDA. PELA HOMOLOGAÇÃO, ACOLHENDO, COMO RAZÕES DE DECIDIR, OS FUNDAMENTOS INVOCADOS PELO MEMBRO OFICIANTE.

Relatora: Dra. CELIA REGINA SOUZA DELGADO Voto nº: 2538/2019/PCL

Origem: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PR

Número: 1.25.014.000138/2018-62 – Eletrônico

Procurador Oficiante: Dr. WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. SAÚDE. VACINAÇÃO. AUDIÊNCIA PÚBLICA "PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO –REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS". SUPOSTAS FALHAS RELACIONADAS À BAIXA COBERTURA VACINAL. FRISADAS AS RESPONSABILIDADES DOS MUNICÍPIOS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE VACINAÇÃO VINCULADO AO SUS. RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA AOS MUNICÍPIOS DA CIRCUNSCRIÇÃO DA PRM PATO BRANCO/PR PARA INSTAR OS ENTES FEDERATIVOS A CUMPRIREM AS DETERMINAÇÕES LEGAIS DE FORNECIMENTO DE VACINAS ÀS CRIANÇAS E DE FISCALIZAÇÃO DO LEGÍTIMO EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR QUANTO ÀS DISPOSIÇÕES DA VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA. ACATAMENTO FORMAL POR TODOS OS MUNICÍPIOS. EXAURIMENTO DO OBJETO. PELA HOMOLOGAÇÃO, ACOLHENDO COMO RAZÕES DE DECIDIR, OS FUNDAMENTOS INVOCADOS PELO MEMBRO OFICIANTE.

Relatora: Dra. ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS Voto nº: 3018/2019

Origem: PRR/1ª REGIÃO – BRASÍLIA

Número: 1.14.000.001765/2018-53

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DA 5ª CCR. EDUCAÇÃO. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF). 1. Notícia de fato instaurada, a partir de representação, para apurar suposta ilegalidade na contratação do escritório de advocacia, para fins de execução judicial, decorrente de repasse a menor pela União de créditos relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). 2. O membro oficiante, ressaltando o fato de que o escritório de advocacia contratado pelo Município de Cachoeira/BA para atuar no feito ainda não recebeu nenhum valor a título de honorários advocatícios, tendo em vista que o procedimento de execução contra a União (Processo nº 0006723-59.2017.4.01.3400/DF) foi suspenso, promoveu o arquivamento do feito, sob o fundamento de que não houve qualquer “desfalque de recursos financeiros da área educacional”. PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, COM RETORNO DO FEITO À ORIGEM, PARA PROSEGUIMENTO, A FIM DE QUE SE ADOTE UMA DAS MEDIDAS ELENCADAS NO ROTEIRO DE ATUAÇÃO ELABORADO PELO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL FUNDEF, OBSERVADO O PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL.

9.3 Enunciados da 1ª CCR

Ao todo, a 1ª Câmara possui 24 enunciados, cujas íntegras estão disponíveis na *internet* da 1ª CCR, em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr1/atos-e-publicacoes/enunciados>.

10 ESTATÍSTICAS

10.1 Procedimentos deliberados por sessão

No ano de 2019, foram deliberados 6.790 procedimentos, conforme tabela a seguir.

Tabela 6 – Procedimentos deliberados por sessão

Sessão	Quantidade de procedimentos deliberados
327ª Sessão Ordinária, 6/2/2019	627
328ª Sessão Ordinária, 20/2/2019	556
329ª Sessão Ordinária, 13/3/2019	366
330ª Sessão Ordinária, 27/3/2019	330
5ª Sessão Ordinária, 10/4/2019	309
6ª Sessão Ordinária, 24/4/2019	229
7ª Sessão Ordinária 8/5/2019	244
8ª Sessão Ordinária 22/5/2019	201
9ª Sessão Ordinária 5/6/2019	239
10ª Sessão Ordinária 26/6/2019	377
11ª Sessão Ordinária 7/8/2019	601
12ª Sessão Ordinária 21/8/2019	224
13ª Sessão Ordinária 11/9/2019	313
14ª Sessão Ordinária 27/9/2019	171
15ª Sessão Ordinária 9/10/2019	193
16ª Sessão Ordinária 23/10/2019	184
17ª Sessão Ordinária 12/10/2019	192
18ª Sessão Ordinária 20/11/2019	25

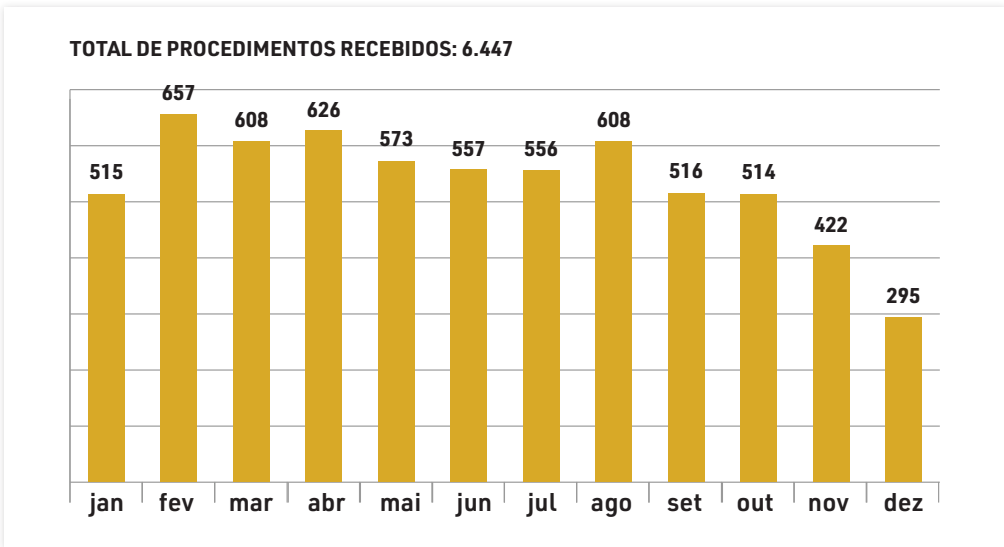
Sessão	Quantidade de procedimentos deliberados
19ª Sessão Ordinária 4/12/2019	191
Deliberações Monocráticas	1.272
TOTAL	6.790

Procedimentos deliberados por sessão/2019. Fonte: Sistema Único e Painel de Controle.
Data de processamento dos dados: 28/1/2019.

10.2 Entrada de procedimentos por mês/2019

Durante o ano de 2019, foram recebidos 6.447 procedimentos pela 1ª Câmara. Verificou-se que fevereiro, março, abril e agosto foram os meses com maior número de entrada de procedimentos.

Gráfico 1. Entrada de procedimentos por mês/2019

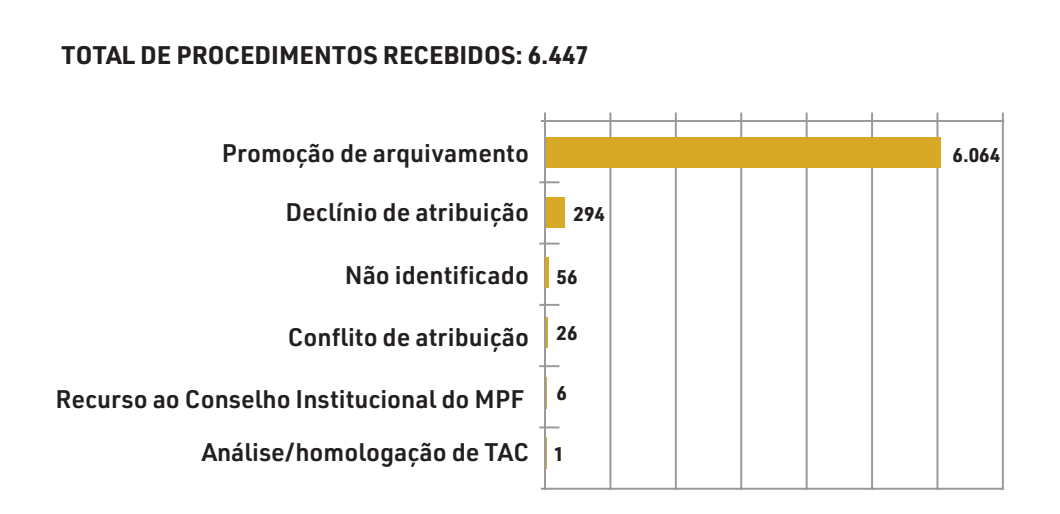


Fonte: Painel de Controle da 1ª CCR.
Data de processamento dos dados: 21/1/2020.

10.3 Procedimentos por motivo de entrada

Foram recebidos 6.447 procedimentos em 2019, em maioria para promoção de arquivamento e declínio de atribuição, conforme demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2. Procedimentos por motivo de entrada



Fonte: Painel de Controle da 1ª CCR.

Data de processamento dos dados: 21/1/2020.

11 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O ambiente virtual da 1ª CCR é dividido em duas áreas: *internet* – área voltada ao público externo – e *intranet* – rede privada destinada ao compartilhamento de informações que interessam apenas ao público ligado diretamente à Instituição. A atualização do *site* da 1ª CCR é realizada pela Assessoria de Coordenação e também pela Secretaria de Comunicação Social do MPF.

11.1 Internet

A *internet* é acessada pelo público em geral, ou seja, é voltada para o público externo. Em 2016, a Assessoria de Coordenação implementou a nova estrutura da página com a inauguração do novo portal do MPF. A principal mudança ocorreu nos menus, que em vez de serem classificados por Secretaria Executiva ou Assessorias estão dispostos em: Sobre, Atuação, Atos e Publicações.

Figura 11. Ambiente internet da 1ª Câmara

Fonte: Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr1>

Na internet, além da informação sobre estrutura e organização da Câmara, são publicadas as pautas e atas das sessões do Colegiado, assegurando ampla divulgação sobre as deliberações tomadas. Divulga-se, também, a atuação mediante Grupos de Trabalho, Relatorias e Membros Focalizadores, bem como os eventos promovidos pela 1ª CCR.

11.2 Intranet

A intranet é uma rede privada acessada pelos membros, servidores e estagiários do MPF. Nela estão contidas informações que subsidiam a atuação finalística do órgão (roteiros, manuais, peças modelo etc.).

Figura 12. Ambiente intranet da 1ª Câmara



Fonte: Disponível em: <http://intranet.mpf.mp.br/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral>

11.3 Notícias da 1ª CCR

As notícias relacionadas à 1ª Câmara são elaboradas e disponibilizadas nos sites *intranet* e *internet* pela Secretaria de Comunicação Social do MPF (Secom). As notícias de interesse ao público interno são disponibilizadas no site intranet da 1ª CCR. Por outro lado, as de interesse externo estão no site internet da 1ª CCR.

11.4 Boletim Informativo das Sessões de Coordenação e Revisão

Lançado em 5 de setembro de 2018, o *Boletim Informativo das Sessões de Coordenação e Revisão* divulga, quinzenalmente, os principais destaques de atuação do Colegiado, como votos, enunciados e resultados das iniciativas de coordenação da Câmara (GTs, Relatorias, Eventos etc.). O público-alvo são membros e servidores que atuam na temática.

A Assessoria de Coordenação é responsável por elaborar e divulgar esses informativos, bem como disponibilizar as íntegras no *site intranet* para efeito de consulta.

Figura 13. Boletim Informativo da 1ª Câmara



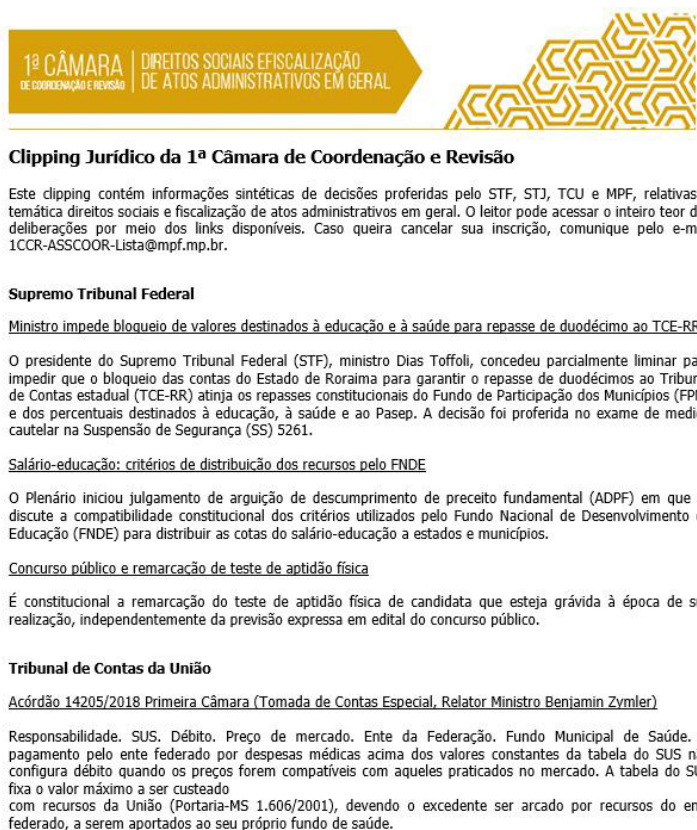
MPF

11.5 Clipping Jurídico

Enviado por e-mail, semanalmente, o *Clipping* Jurídico da 1ª CCR destina-se aos membros e servidores que atuam na temática. Ele contém informações sintéticas de decisões proferidas pelo STF, STJ, TCU e MPF, relativas à temática direitos sociais e fiscalização de atos administrativos em geral. O leitor pode acessar o inteiro teor das deliberações por meio dos links disponíveis.

Para receber o *clipping*, é necessário enviar um e-mail para 1CCR-ASSCOOR-Lista@mpf.mp.br. Ele também está disponível na intranet da 1ª CCR.

Figura 14. Clipping Jurídico da 1ª Câmara



11.6 Acompanhamento legislativo e judicial

A Assessoria de Coordenação elabora planilha de acompanhamento legislativo e judicial, a fim de acompanhar o andamento de projetos de lei e o andamento processual de assuntos prioritários para a 1ª CCR (educação, saúde, patrimônio público – terras públicas, RFFSA, rodovias federais etc.).

11.7 Sistema para Mapeamento de Ofícios e Funções (MOF)

A Assessoria de Coordenação da 1ª CCR passou a inserir e atualizar as informações no Sistema para Mapeamento de Ofícios e Funções (MOF). A plataforma tem como principal objetivo facilitar a organização e visualização dos Ofícios e Funções dos membros, dos Grupos de Trabalho (GTs), relatorias e comissões vinculadas às diversas áreas de atuação das Câmaras.

Além de informações relacionadas à composição e estrutura organizacional da 1ª CCR, estão disponíveis dados relacionados aos membros vinculados à temática da Câmara, tais como informações de contato e histórico da atuação nos diversos Ofícios, Câmaras e GTs.

Figura 15. Sistema para Mapeamento de Ofícios e Funções (MOF)

1CCR passa a utilizar Sistema pai

Mapeamento de Ofícios e Funções

Não seguro

mof.mpf.mp.br/mof/app/navegador?id=801

Mapeamento de Ofícios e Funções

1ª CCR

Pesquisa

Início / 1ª CCR

1ª Câmara - Direitos Sociais e Atos Administrativos em geral (1ª CCR)

Composição

Nome dos membros pertencentes ao colegiado da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão

Coordenador de Câmara

ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS

Titular de Câmara

LINDORA MARIA ARAUJO

CELIA REGINA SOUZA DELGADO

Suplente de Câmara

ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA

MARIA CRISTIANA SIMOES AMORIM ZIOUVA

Representantes da 1ªCCR nos Estados

PR-AC

PR-AL

PR-AP

PR-AM

PR-BA

PR-CE

PR-DF

PR-ES

PR-GO

PR-MA

PR-MT

PR-MS

PR-MG

PR-PA

PR-PB

PR-PR

PR-PE

PR-PI

PR-RJ

PR-RN

PR-RS

PR-RO

PR-RR

PR-SC

PR-SP

PR-SE

PR-TO

Representantes Regionais da 1ªCCR

PRR1ª REGIÃO

PRR2ª REGIÃO

PRR3ª REGIÃO

PRR4ª REGIÃO

PRR5ª REGIÃO

Ofícios com Atuação na 1ªCCR

Relação dos nomes dos procuradores que trabalham na temática da 1ªCâmara nos Estados

1ª INSTÂNCIA

2ª INSTÂNCIA

Grupos de Trabalho

GT Dívida Pública

GT Educação

GT Previdência e Assistência Social

GT RFFSA

GT Rodovias Federais/Excesso de Peso

GT Saúde

GT Terras Públicas e Desapropriação

GT Intercameral Terceirização em Saúde

GT Interinstitucional Fundef/Fundeb

GT Interinstitucional Imunização

GT Interinstitucional Proinfância

GT Interinstitucional Previdência e Assistência Social

Relatorias

Relatoria EBSERH

Relatoria FUNDEF/FUNDEB

Relatoria Hemoderivados

Relatoria Oncologia

Relatoria Siscan

Fonte: Disponível em: <http://mof.mpf.mp.br/mof/app/navegador?id=801>

11.8 Roteiros, manuais, cartilhas e infográficos

A Assessoria de Coordenação, em parceria com a Secretaria Executiva da 1ª Câmara, Grupos de Trabalho, Relatorias Especiais e a Secretaria de Comunicação Social do MPF, é responsável por elaborar informativos sobre os trabalhos da Câmara, divulgá-los e disponibilizar as íntegras no site para efeito de consulta. A seguir estão listadas as principais publicações promovidas pela 1ª Câmara em 2019.

11.8.1 Roteiro de Atuação Fundef

Figura 16. Roteiro Fundef



11.8.2 Roteiro Terceirização da Saúde Pública

Figura 17. Roteiro Terceirização em Saúde



11.8.4 Infográfico Entenda como funciona o PDDE

Figura 19. Infográfico PDDE



11.8.5 Roteiro de Fiscalização do Proinfância

Figura 20. Roteiro Proinfância



11.8.6 Infográfico Cebas-Saúde

Figura 21. Roteiro Cebas-Saúde



11.8.7 Cartilha Cidadão em Ação

Figura 22. Cartilha Cidadão em Ação



12 FOTOS

Figura 23. Oficina de políticas públicas baseadas em evidências



Foto: Antônio Augusto/Secom-PGR.

Figura 24. Reunião entre 1ª CCR e 3ª CCR para discutir o excesso de carga nas rodovias federais



Foto: Antônio Augusto/Secom-PGR.

Figura 25. Reunião com o Ministério da Saúde e o Tribunal de Contas para discutir o aprimoramento da prestação de contas dos recursos federais gastos na saúde



Foto: Antônio Augusto/Secom-PGR.

Figura 26. Reunião do GT Interinstitucional Imunização



Foto: Antônio Augusto/Secom-PGR.

Figura 27. Reunião com o Dnit para discutir a regularização de faixas rodoviárias de domínio público



Foto: Antônio Augusto/Secom-PGR.

Figura 28. Reunião com o Ministério da Saúde e TCU para discutir o financiamento da saúde no país



Foto: Leonardo Prado Secom/PGR.

Figura 29. Cooperação Técnica entre CNJ e Instituto Article



Foto: Ascom/CNJ.

13 CONCLUSÃO

Ao término do exercício de 2019, cumpre observar que a 1ª CCR, desde a mudança temática introduzida pela Resolução CSMPF nº 148/2014, vem enviando esforços para atender a sua vasta gama de temas de atuação.

Diante das demandas por melhorias na educação brasileira, acompanhamento da reforma da Previdência, redução do atendimento intempestivo pelo INSS, e a preocupação com o fornecimento da vacina pentavalente e o reaparecimento do sarampo, a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão exigiu atuação incisiva e articulada dos membros do Colegiado em busca de soluções céleres e eficazes para os problemas. Com apoio dos grupos de trabalho (GTs) e das relatorias especiais, o trabalho priorizou o diálogo e a articulação interinstitucional.

A defesa da correta destinação e aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef, atual Fundeb) prosseguiu em 2019. A Ação Coordenada *#Juntos pela Educação*, que resultou na publicação de um roteiro de atuação, revelou a necessidade de acompanhar o pagamento dos recursos pela União, que somavam, entre 2013 e 2019, cerca de R\$ 9,6 bilhões. Para isso, a Câmara atuou em parceria com o FNDE, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Conselho da Justiça Federal.

Com foco no aprimoramento da legislação, garantia da proteção social e da sustentabilidade do sistema de previdência e assistência, o GT Previdência acompanhou as discussões no Congresso Nacional sobre a reforma da Previdência, com a participação em diversas audiências públicas.

No âmbito da saúde, foi lançado o primeiro volume da série *Roteiros de Atuação*, com o tema *Terceirização da Saúde Pública*. Desenvolvida com o apoio e a revisão dos membros do GT Saúde, a publicação aborda temas como a análise do custo benefício da terceirização em saúde, a atribuição do MPF nos casos de terceirização dos serviços de saúde, transferências de recursos federais por meio de instituições oficiais, entre outros.

Em março de 2019, o Brasil perdeu o certificado de país livre do sarampo, conferido em 2016 pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), após o ressurgimento da doença em pelo

menos três estados. Em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o GT Interinstitucional Imunização, a 1ª CCR propôs aos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal e Territórios atuação conjunta na fiscalização da Campanha Nacional de Vacinação contra o Sarampo, realizada de outubro a dezembro.

Em 2019, o Colegiado realizou 20 sessões ordinárias e julgou 5.518 casos. Para facilitar a organização e visualização dos Ofícios e Funções dos membros, dos GTs, das relatorias e comissões vinculadas às diversas áreas de atuação da Câmara, o órgão passou a utilizar, em julho, o Sistema para Mapeamento de Ofícios e Funções.

O ano também foi de mudança na chefia da 1ª Câmara: em outubro, a subprocuradora-geral da República Elizeta Ramos deixou o Colegiado para assumir o cargo de corregedora-geral. A coordenação do órgão foi assumida pela subprocuradora-geral Célia Regina Delgado, que já integrava a Câmara. O subprocurador-geral Paulo Gonet assumiu como membro titular, ao lado da colega Lindôra Araújo.

Não obstante o trabalho já excessivo para uma câmara com tantas atribuições, novas necessidades de atuação nos desafiaram com questões urgentes que também foram incluídas nas nossas prioridades. Após consulta pública, elegeu-se, para 2020, os assuntos prioritários nos cinco eixos temáticos: Educação, Saúde, Previdência, Terras Públicas e Rodovias Federais.

Como se observa, a 1ª CCR vem empreendendo esforços para a fiscalização das implementações de políticas públicas em busca da garantia de direitos mais fundamentais.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Mapa Temático da 1ª CCR



APÊNDICE B – Plano de Ação para 2019

PLANO DE AÇÃO PARA EXERCÍCIO 2019

O Plano de Ação da 1ª CCR teve a finalidade de identificar as prioridades por meio de algumas etapas:

- Apresentar os atuais temas que vinham sendo priorizados pela 1ª CCR em 2017;
- Identificar os temas a serem priorizados em 2018, por meio da matriz de esforço e resultado;
- Identificar as finalidades/resultados, meios e principais questões a enfrentar sobre cada tema priorizado;
- Identificar ações prioritárias para cada uma das questões a enfrentar e os resultados esperados sobre cada tema priorizado;
- Definir responsáveis, prazos e metas para as ações prioritárias em cada temática.

Neste ano, inovou-se, ao refletir como as temáticas da 1ª CCR poderão contribuir com os 17 objetivos de desenvolvimentos sustentáveis.

Metodologia

A ideia foi proporcionar um amplo debate sobre as atividades da 1ª CCR com a realização de dinâmicas e discussões em mesas-redondas que identificaram as principais ações para cada um dos temas a serem priorizados em 2019.

Como resultado, os membros presentes deliberaram por:

- I) ampliar o quantitativo de participantes dos GTs Saúde e Educação, ambos para conter 5 membros;
- II) transformar a iniciativa Membro Focalizador Previdência e Assistência em um GT, o qual será constituído por 3 membros;

III) Priorizar quatro grandes temas em 2019:

- Educação;
- Saúde;
- Previdência;
- Terras Públicas.

É necessário ainda estabelecer ajustes no tocante aos resultados esperados do Membro Focalizador Previdência e Assistência e outros no GT RFFSA e nas relatorias que tratam de Hemoderivados, da Lei dos 60 dias e da EBSEH, alteração a ser decidida com os respectivos relatores.

Além disso, para cada tema priorizado foram propostas as principais questões a se enfrentar e os resultados esperados, identificando: i) ações; ii) prazos e ii) responsáveis, detalhados a seguir:

a) Na temática EDUCAÇÃO

MATRIZ DE ESFORÇO E RESULTADO		
ID	Questões a se enfrentar	Resultados esperados
1	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública da Educação Infantil (Proinfância)	Aumentar o número de vagas nas creches e escolas de educação infantil, por meio da efetiva conclusão das obras financiadas pelo programa
2	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	Aumentar a efetividade do programa e a efetividade da fiscalização das prestações de contas
4	Transparência e Aprimoramento dos Sistemas de Informação do FNDE	Garantir o acesso público sem senhas e melhorar a transparência e a qualidade das informações do FNDE por meio do aprimoramento dos sistemas de consulta e fiscalização
5	Financiamento da Educação	Garantir o cumprimento do mínimo constitucional na educação, a correta aplicação do salário-educação e a fixação do CAQi

MATRIZ DE ESFORÇO E RESULTADO			
ID	Ação	Prazo (mês/ano)	Responsáveis
1	- Elaborar um Manual de Atuação para fiscalização das obras do Proinfância - Minutar Plano de Trabalho para acesso às informações do aplicativo “Tá de Pé” – que permite que qualquer cidadão tire fotos das obras e as encaminhe para um banco de dados da ONG TBrasil	12/2019	GT-Proinfância
2	- Elaborar um Manual de Atuação do PDDE focado na fiscalização das prestações de contas das UEXs - Atuar perante o FNDE visando à revisão dos normativos e manuais que regulamentam o programa para melhoria das regras de prestação de contas	6/2019 12/2019	GT-Educação
4	- Capacitar membros e servidores do MPF para acessar e utilizar os sistemas de consulta e fiscalização dos recursos que financiam os programas do FNDE - Celebrar um termo de compromisso a fim de tratar dos passivos nas prestações de contas dos programas do FNDE	12/2019	GT-Educação
5	- Verificar a aplicação do mínimo constitucional (art. 212 da CF/88), salário educação, fixação do CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) - Capacitar os membros na matéria – desenvolver material didático/tutoriais sobre a estrutura do financiamento da educação	12/2019	GT-Educação
6	Continuar o trabalho de taxonomia em parceria com MPES, CNMP e Instituto Articule	12/2019	GT-Educação

b) Na temática SAÚDE

MATRIZ DE ESFORÇO E RESULTADO		
ID	Questões a se enfrentar	Resultados esperados
1	Financiamento e Renúncia Fiscal	Contribuir para o alcance da Meta 2.2: Averiguar o subfinanciamento federal do Programa Rede Cegonha Meta 3.c: Acompanhar e fiscalizar: o cumprimento do valor mínimo dos gastos em saúde pela União; a política de formação de pessoal de saúde; as renúncias fiscais às entidades beneficentes

MATRIZ DE ESFORÇO E RESULTADO			
2	Upas	Contribuir para o alcance da Meta 3.8: Fiscalizar a participação do Governo Federal na estruturação das redes de urgência e emergência por meio do programa de financiamento das Upas	
3	Terceirização em Saúde	Elaboração de Manual	
4	Oncologia e Siscan	(a ser discutido com membros das relatorias específicas)	
5	EBSERH	(a ser discutido com membros das relatorias específicas)	
6	Orçamento em Saúde	Contribuir para o alcance da Meta 2.2: Averiguar o subfinanciamento federal do Programa Rede Cegonha	
7	Programa Saúde na Família (PSF) e Rede Cegonha	Contribuir para o alcance da Meta 2.2: Averiguar o subfinanciamento federal do programa saúde da família	
8	Hemoderivados	(a ser discutido com membros das relatorias específicas)	
9	Medicamento, Vacina e Insumo	Contribuir para o alcance da Meta 3.3: Acompanhar a construção da política pública e a implementação das ações para a erradicação das epidemias Contribuir para o alcance da Meta 3.8: Acompanhar a Política de Aquisição, Regulação e Controle de Preços de Medicamentos, Vacinas e Insumos. (estudar se será declinado para a 3ª CCR)	
ID	Ação	Prazo (mês/ano)	Responsáveis
1	• Projeto Finalístico Cebas/Saúde	5/2019	GT-Saúde
2	• Monitorar a Ação Coordenada Upas e UB	8/2019	GT-Saúde
3	• Elaborar manual, entre outras a serem definidas pelo GT	5/2019	GT-Intercameral (1ª e 5ª CCR)
4	• A ser definida pelos membros da Relatoria Especial da Lei dos 60 dias		Relatoria Lei dos 60 Dias
5	• A ser definido com membros da relatoria específica		Relatoria EBSERH
6	• Levantamento da situação Estudo do Gasto em Saúde	12/2019	GT-Saúde

MATRIZ DE ESFORÇO E RESULTADO			
7	Estudo sobre atuação no PSF e propor melhorias do programa – acompanhar o subfinanciamento por parte do Governo Federal	12/2019	GT-Saúde
8	Acompanhar as ações pela procuradora-geral da República	12/2019	Relatoria Hemoderivados

c) Na temática PREVIDÊNCIA

MATRIZ DE ESFORÇO E RESULTADO			
ID	Questões a se enfrentar	Resultados esperados	
1	Benefícios por Incapacidade	Adoção de providências após a conclusão da auditoria sobre judicialização promovida pelo TCU	
2	Reforma Legislativa	Aprimoramento da legislação previdenciária	
3	Gestão e Governança da Previdência Social	Aprimoramento da gestão e governança da Previdência Social	
ID	Ação	Prazo (mês/ano)	Responsáveis
1	- Acompanhar os resultados da auditoria do TCU e identificar as providências a serem adotadas - Prosseguir na representação feita no CNJ que tem por objeto os valores das perícias e exames complementares em processos de benefícios por incapacidade relativos a acidentes do trabalho	12/2019	MF Previdência e Assistência
2	- Acompanhar a Reforma - Previdenciária no âmbito constitucional (caso retomada a discussão) e infraconstitucional	12/2019	MF Previdência e Assistência
3	- Participar na comissão integrada pelos seguintes órgãos: TCU (Secex-Previdência), Senado e Câmara (consultores) - Acompanhar a implementação do INSS Digital e das questões relacionadas à devolução pelos bancos dos valores pagos pós-óbito - Gestionar para a centralização da formulação e da execução da política previdenciária pelo mesmo órgão	12/2019	MF Previdência e Assistência Gt interinstitucional MF Previdência e Assistência

d) Na temática TERRAS PÚBLICAS

MATRIZ DE ESFORÇO E RESULTADO			
ID	Questões a se enfrentar	Resultados esperados	
1	Acompanhamento do Programa Terra Legal	Diminuição da violência agrária dos danos ambientais e proteção do patrimônio público em face da implementação das políticas públicas de regularização fundiária	
2	Acompanhamento de Aquisições e Arrendamentos de Terras Públicas por Estrangeiros	Diminuição da violência agrária dos danos ambientais e proteção do patrimônio público em face da implementação das políticas públicas de regularização fundiária	
3	Combate à Grilagem de Terras	Diminuição da violência agrária dos danos ambientais e proteção do patrimônio público em face da implementação das políticas públicas de regularização fundiária	
4	Acompanhamento da Implementação das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra	Diminuição da violência agrária e dos danos ambientais e proteção do patrimônio público em face da implementação da efetiva governança fundiária	
5	Fiscalização da Ocupação/Gestão dos Terrenos de Marinha Marginais	Proteção do patrimônio público em face da implementação das políticas públicas de regularização fundiária	
ID	Ação	Prazo (mês/ano)	Responsáveis
1	• Implementar medidas saneadoras dos problemas identificados pela auditoria no Programa Terra Legal	9/2019	GT- Terra Públicas e Desapropriação
1	• Participação nas reuniões periódicas do Grupo Executivo Intergovernamental (GEI) do Programa Terra Legal	Sempre que houver reunião	GT- Terra Públicas e Desapropriação
2	• Inserção no GT Cerrado da 4ª CCR	3/2019	GT- Terra Públicas e Desapropriação
2	• Chamada de artigos	3/2019	GT- Terra Públicas e Desapropriação
2	• Realização de seminários no Dia do Cerrado – 11/9	9/2019	GT- Terra Públicas e Desapropriação
3	• Inserção no GT Cerrado da 4ª CCR	3/2019	GT- Terra Públicas e Desapropriação

MATRIZ DE ESFORÇO E RESULTADO			
3	• Elaboração de Pedido de Providências do Sistema de Gestão Fundiária (Sidef) – Sistema Nacional de Imóveis Certificados	6/2019	GT- Terra Públicas e Desapropriação
3	• Acompanhamento da implementação do Programa Sinter	12/2019	GT- Terra Públicas e Desapropriação
	• Elaboração do Roteiro de Atuação do Programa Sinter	6/2019	GT- Terra Públicas e Desapropriação
4	• Participação no Comitê Multipartes pela Governança da Terra	Sempre que houver reuniões	GT- Terra Públicas e Desapropriação
5	• Expedição de Recomendação à SPU sobre avaliação massiva de trechos	6/2019	GT- Terra Públicas e Desapropriação

e) Na temática RFFSA

MATRIZ DE ESFORÇO E RESULTADO			
ID	Questões a se enfrentar	Resultados esperados	
1	Acompanhamento da Gestão, Inventariança e Transferência da Extinta RFFSA	A ser definido com o GT	
ID	Ação	Prazo (mês/ano)	Responsáveis
1	- Propor a formação de um GT INTERinstitucional entre MPF e MP Estadual	3/2019	(Com representação no MPF pelo Dr. Leivas – PRR 2ª Região)

APÊNDICE C – Consulta Pública

NOTA TÉCNICA Nº 10/2019/TEMAS PRIORITÁRIOS

SOLICITANTE:	1ª Câmara de Coordenação e Revisão
EMENTA:	LEVANTAMENTO DE TEMAS PRIORITÁRIOS PARA ATUAÇÃO DA 1ª CCR EM 2020. CONSULTA PÚBLICA. QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS MEMBROS QUE ATUAM NA TEMÁTICA DA 1ª CCR.

Introdução

A presente Nota Técnica tem como escopo reunir os resultados da aplicação de questionário entre os membros do MPF que atuam na temática da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão. O objeto central da consulta pública pautou-se em questionar os membros quais os assuntos de relevância nacional que demandam atuação prioritária da 1ª CCR em 2020, dentro dos 5 eixos temáticos: 1) Educação; 2) Saúde; 3) Previdência; 4) Terras Públicas; 5) Rodovias Federais.

Considerando que a 1ª CCR representa uma rede de intercâmbio de informações e articulação entre o MPF, o Ministério Público dos Estados e os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a fiscalização e acompanhamento de políticas públicas concernente aos direitos sociais e atos administrativo em geral, o propósito do referido questionário foi o de elaborar um diagnóstico dos assuntos prioritários e de relevância nacional que demandem ações coordenadas por parte deste órgão colegiado, objetivando avaliar e projetar as iniciativas de atuação para o ano 2020 e com o intuito de estabelecer um canal adequado para a coleta de dados junto aos Membros que atuam na temática da 1ª CCR.

Nesse sentido, foi construído um questionário e enviado, por e-mail e pelo único, para todos os membros que atuam perante a temática da 1ª CCR, contendo os seguintes grupos de perguntas:

- I) Identificação do membro: Nome completo, e-mail institucional e unidade de lotação;
- II) Escolha dos subtemas: 5 perguntas solicitando a escolha dos subtemas mais relevantes, segunda a visão do membro, dentro de cada um dos 5 eixos temáticos: 1) Educação; 2) Saúde; 3) Previdência; 4) Terras Públicas; 5) Rodovias Federais.

III) Interesse em participar de grupo de trabalho: questionou-se o interesse do membro em participar ou não de grupo de trabalho/relatoria especial. E, em caso afirmativo, sobre qual tema.

Sistema de coleta de dados

Para elaboração do questionário, bem como, para posterior geração das estatísticas dos dados coletados, foi utilizado o aplicativo LimeSurvey.

Análise dos dados

1 Com relação ao 1º Grupo de perguntas, “Identificação dos membros”, a distribuição de respostas entre as unidades da Federação foi a seguinte:

Unidade da Federação	Quantidade de Resposta por UF
Rio Grande do Sul	9
São Paulo	9
Rio de Janeiro	8
Bahia	4
Minas Gerais	3
Pernambuco	3
Santa Catarina	3
Ceará	2
Distrito Federal	2
Espírito Santo	2
Goiás	2
Maranhão	2
Mato Grosso do Sul	2
Piauí	2
Amapá	1
Amazonas	1

Unidade da Federação	Quantidade de Resposta por UF
Mato Grosso	1
Pará	1
Paraíba	1
Sergipe	1
Acre	0
Alagoas	0
Paraná	0
Rio Grande do Norte	0
Rondônia	0
Roraima	0
Tocantins	0
TOTAL	59

2 Com relação ao grupo de perguntas “Escolha dos subtemas” foi obtido o seguinte resultado para cada um dos eixos temáticos:

a) EDUCAÇÃO:

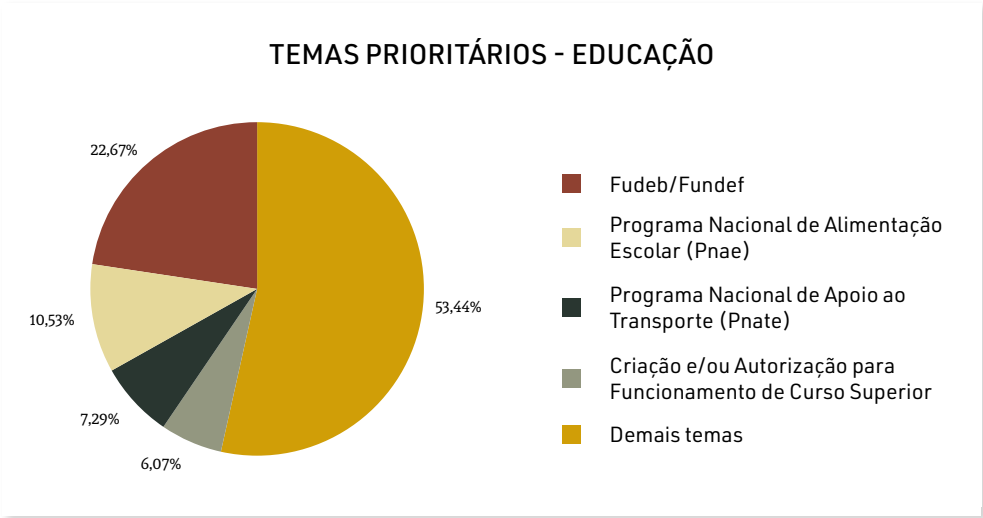
CONSIDERANDO A TEMÁTICA "EDUCAÇÃO", DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAIS SÃO OS SUBTEMAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL QUE DEMANDAM ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DA 1ª CCR EM 2020?		
Respostas	Contagem	Percentual
Fundeb/Fundef	56	22,67%
Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)	26	10,53%
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate)	18	7,29%
Criação e/ou Autorização para Funcionamento de Curso Superior	15	6,07%
Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa	12	4,86%
Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope)	12	4,86%
Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)	11	4,45%
Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE)	11	4,45%
Programa Universidade para Todos (Prouni)	10	4,05%
Cursos de Ensino à Distância (EAD)	9	3,64%

CONSIDERANDO A TEMÁTICA "EDUCAÇÃO", DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAIS SÃO OS SUBTEMAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL QUE DEMANDAM ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DA 1ª CCR EM 2020?

Respostas	Contagem	Percentual
Judicialização da Educação	9	3,64%
Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação (Cebas Educação)	8	3,24%
Outros	8	3,24%
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	8	3,24%
Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso	7	2,83%
Programa Caminho da Escola (FNDE-MEC)	7	2,83%
Programa Ciência sem Fronteiras	4	1,62%
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	4	1,62%
Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE)	3	1,21%
Plano de Ações Articuladas (PAR)	2	0,81%
Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)	2	0,81%
Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)	2	0,81%
Apoio ao Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja)	1	0,40%
Programa Brasil Carinhoso	1	0,40%
Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	1	0,40%
Formação pela Escola	0	0,00%
Programa Projovem Urbano	0	0,00%

***Respostas do item "outros"**

Proinfância
Atuação para ser melhorado o critério de avaliação das IES
Atuação federal no ensino fundamental
Proinfância (creches - obras paralisadas)
Proinfância
Creches do proinfância/contratos MRV
Cursos superiores não reconhecidos/convalidação/suspensão de atividade educacional
Proinfância
Atraso na descentralização de recursos para as universidades federais e institutos federais



b) SAÚDE:

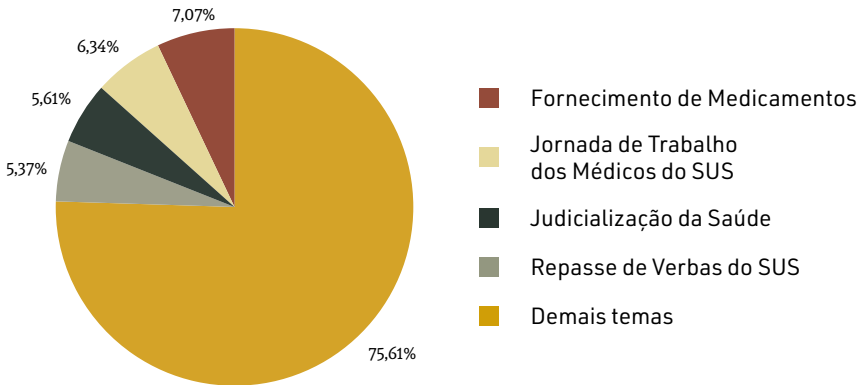
CONSIDERANDO A TEMÁTICA "SAÚDE", DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAIS SÃO OS SUBTEMAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL QUE DEMANDAM ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DA 1ª CCR EM 2020?		
Respostas	Contagem	Percentual
Fornecimento de Medicamentos	29	7,07%
Jornada de Trabalho dos Médicos do SUS	26	6,34%
Judicialização da Saúde	23	5,61%
Repasse de Verbas do SUS	22	5,37%
Financiamento do SUS	17	4,15%
Falta de Leitos/Vagas	15	3,66%
Assistência Médica de Alta Complexidade	14	3,41%
Equipamentos Hospitalares	14	3,41%
Hospitais e Outras Unidades de Saúde	14	3,41%
Lista de espera do SUS	14	3,41%
Ressarcimento ao SUS	13	3,17%
Terceirização do SUS	13	3,17%

CONSIDERANDO A TEMÁTICA "SAÚDE", DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAIS SÃO OS SUBTEMAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL QUE DEMANDAM ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DA 1ª CCR EM 2020?		
Respostas	Contagem	Percentual
Programa Mais Médicos	12	2,93%
Controle Social e Conselhos de Saúde	10	2,44%
Sistema de Informação do Câncer (Siscan)	10	2,44%
Vigilância Sanitária e Epidemiológica	10	2,44%
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)	9	2,20%
Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área da Saúde (Cebas Saúde)	8	1,95%
Convênio Médico com o SUS	8	1,95%
Programa Farmácia Popular	8	1,95%
Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops)	8	1,95%
Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ou Unidade de Cuidados Intensivos (UCI)	8	1,95%
Vacinação	8	1,95%
Outros	7	1,71%
Sistema Nacional de Regulação (Sisreg)	7	1,71%
Tratamento Médico-Hospitalar	7	1,71%
Internação	6	1,46%
Assistência Farmacêutica	5	1,22%
Atendimento de Emergência	5	1,22%
Certidão de Não Atendimento aos Usuários	5	1,22%
Cirurgia	5	1,22%
Fundo Nacional de Saúde (FNS)	5	1,22%
Unidades de Pronto Atendimento (UPA)	5	1,22%
Banco de Preços em Saúde	4	0,98%
Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ)	4	0,98%
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu)	4	0,98%
Estratégia Saúde da Família (ESF)	3	0,73%
Programa Nacional de Gestão de Custos do SUS (PNGC)	3	0,73%

CONSIDERANDO A TEMÁTICA "SAÚDE", DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAIS SÃO OS SUBTEMAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL QUE DEMANDAM ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DA 1ª CCR EM 2020?		
Respostas	Contagem	Percentual
Tratamento Fora do Domicílio (TFD)	3	0,73%
Doação e Transplante de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano	2	0,49%
Exame de Diagnóstico	2	0,49%
Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (Pnasa)	2	0,49%
Política Nacional de Humanização (PNH)	2	0,49%
Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon)	2	0,49%
Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS)	2	0,49%
Rede Cegonha	2	0,49%
Assistência Fisioterapêutica	1	0,24%
Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)	1	0,24%
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS)	1	0,24%
Projeto de Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)	1	0,24%
Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome)	1	0,24%
Atendimento Odontológico	0	0,00%
Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab)	0	0,00%
Sistema de Saúde da Marinha (SSM)	0	0,00%
TOTAL	410	100,00%

*Respostas do item "outros"
Saúde pública e saneamento básico
Não atuo na área
Construção, reforma e ampliação de UBS
Obras em hospital federal/contratação de médicos e enfermeiros
Regulação dos serviços nas regiões de saúde
Transparência e auditabilidade de aplicação dos recursos da saúde no terceiro setor
Atuação e falta de estrutura da câmara de regulação do mercado de medicamentos (CMED)

TEMAS PRIORITÁRIOS - SAÚDE



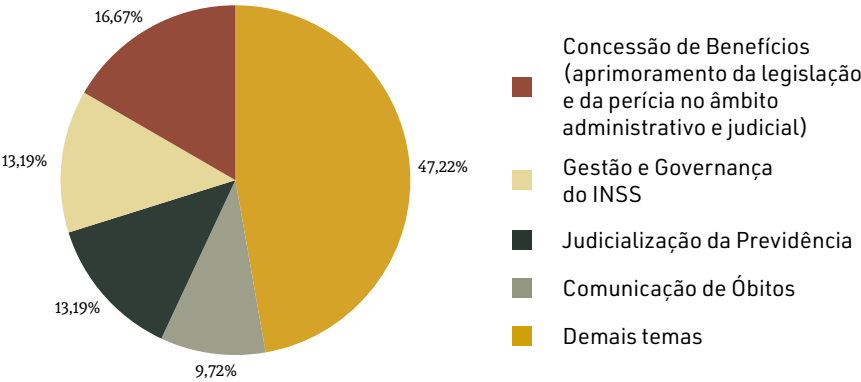
c) PREVIDÊNCIA:

CONSIDERANDO A TEMÁTICA "PREVIDÊNCIA SOCIAL", DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAIS SÃO OS SUBTEMAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL QUE DEMANDAM ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DA 1ª CCR EM 2020?		
Resposta	Contagem	Percentual
Concessão de Benefícios (aprimoramento da legislação e da perícia no âmbito administrativo e judicial)	24	16,67%
Gestão e Governança do INSS	19	13,19%
Judicialização da Previdência	19	13,19%
Comunicação de Óbitos	14	9,72%
Reforma da Previdência	12	8,33%
Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)	11	7,64%
Benefício Previdenciário	7	4,86%
Previdência Complementar	7	4,86%
Reabilitação Profissional	7	4,86%
Outros	6	4,17%
Aposentadoria	5	3,47%

CONSIDERANDO A TEMÁTICA "PREVIDÊNCIA SOCIAL", DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAIS SÃO OS SUBTEMAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL QUE DEMANDAM ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DA 1ª CCR EM 2020?		
Resposta	Contagem	Percentual
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)	4	2,78%
Contribuição Previdenciária	3	2,08%
Pensão por Morte	3	2,08%
Certidão de Tempo de Contribuição (CTC)	1	0,69%
Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)	1	0,69%
Desaposentação	1	0,69%
TOTAL	144	100,00%

*Respostas do item "outros"
Acesso ao benefício de prestação continuada
Atendimento aos usuários VS fechamento de agências da Previdência
Auditoria operacional da previdência social e da dívida interna, comparando-as
Lentidão do INSS na concessão ou negativa do benefício
Não atuo na área
Não há atuação em matéria previdenciária

TEMAS PRIORITÁRIOS - PREVIDÊNCIA



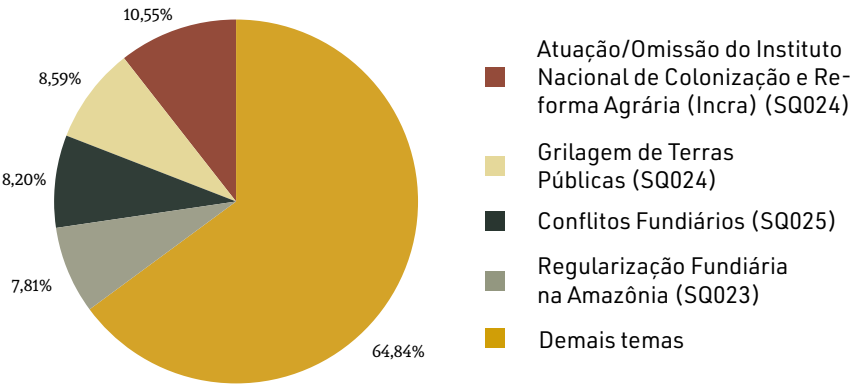
d) TERRAS PÚBLICAS:

CONSIDERANDO A TEMÁTICA "TERRAS PÚBLICAS", DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAIS SÃO OS SUBTEMAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL QUE DEMANDAM ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DA 1ª CCR EM 2020?		
Resposta	Contagem	Percentual
Atuação/Omissão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (SQ004)	27	10,55%
Grilagem de Terras Públicas (SQ024)	22	8,59%
Conflitos Fundiários (SQ025)	21	8,20%
Regularização Fundiária na Amazônia (SQ023)	20	7,81%
Conflito Envolvendo Trabalhadores Sem-Terra/Posseiros (SQ014)	16	6,25%
Projeto de Assentamento (SQ003)	16	6,25%
Terrenos de Marinha (SQ021)	13	5,08%
Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (SQ007)	12	4,69%
Reforma Agrária (SQ027)	12	4,69%
Certificação de Georreferenciamento de Terras (SQ018)	9	3,52%
Neogrilagem (SQ026)	9	3,52%
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (SQ016)	9	3,52%
Programa Terra Legal (SQ010)	9	3,52%
Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária (SQ006)	8	3,13%
Título de Domínio ou Concessão de Uso (CGU) (SQ019)	7	2,73%
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) (SQ008)	6	2,34%
Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro (SQ013)	5	1,95%
Certidão de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) (SQ005)	5	1,95%
Créditos para a Reforma Agrária (SQ015)	5	1,95%
Outros	5	1,95%
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) (SQ001)	5	1,95%
Parcelamento do Solo para Fins Rurais (SQ011)	4	1,56%
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) (SQ002)	3	1,17%
Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (SQ020)	3	1,17%

CONSIDERANDO A TEMÁTICA "TERRAS PÚBLICAS", DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAIS SÃO OS SUBTEMAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL QUE DEMANDAM ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DA 1ª CCR EM 2020?		
Resposta	Contagem	Percentual
Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) (SQ017)	2	0,78%
Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) (SQ022)	2	0,78%
Aquisição e Arrendamento de Imóvel (SQ012)	1	0,39%
Banco da Terra (SQ009)	0	0,00%
TOTAL	256	100,00%

*Respostas do item "outros"
Não atuo na área
Situação dos imóveis da união e controle de sua destinação
Atraso na descentralização dos recursos às superintendências regionais, o que inviabiliza a atuação local do Incra
Regularização fundiária nas imediações das ferrovias
Regularização fundiária rural

TEMAS PRIORITÁRIOS - TERRAS PÚBLICAS

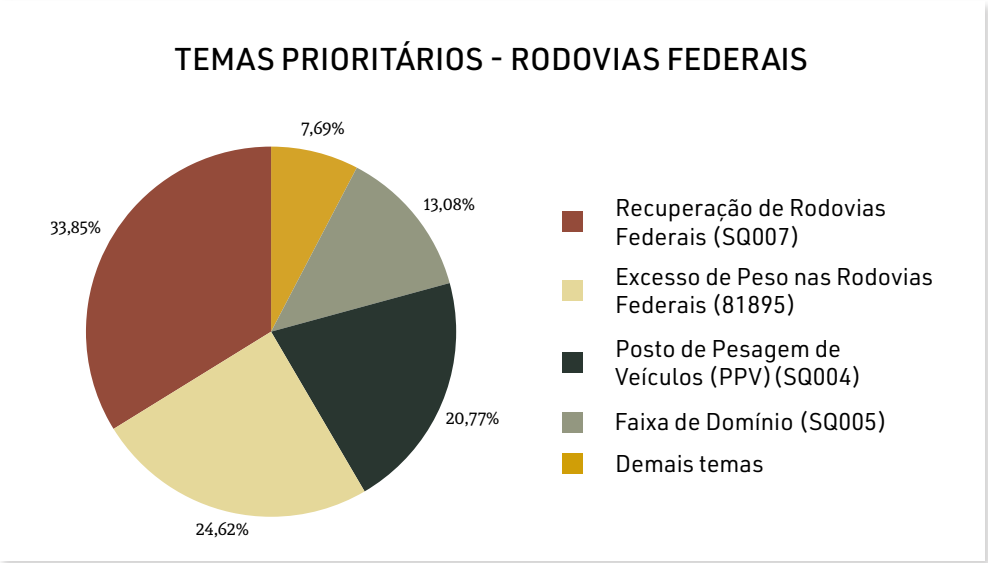


e) RODOVIAS FEDERAIS:

CONSIDERANDO A TEMÁTICA "RODOVIAS FEDERAIS", DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAIS SÃO OS SUBTEMAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL QUE DEMANDAM ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DA 1ª CCR EM 2020?		
Resposta	Contagem	Percentual
Recuperação de Rodovias Federais (SQ007)	44	33,85%
Excesso de Peso nas Rodovias Federais (81895)	32	24,62%
Posto de Pesagem de Veículos (PPV) (SQ004)	27	20,77%
Faixa de Domínio (SQ005)	17	13,08%
Outros	5	3,85%
Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reide) (SQ008)	3	2,31%
Programa Federal de Faixas de Domínio (Profaixa) (SQ006)	2	1,54%
TOTAL	130	100,00%

*Respostas do item "outros"
Recuperação da memória de projetos
Incentivar a concessão de rodovias federais, especialmente as com maior índice de acidentes, como exemplo, a BR-381 norte, em Minas Gerais, entre BH e Ipatinga, conhecida como Rodovia da Morte
Não atuo na área
Concessões de rodovias federais
Educação no trânsito; Sistema Nacional de Trânsito

TEMAS PRIORITÁRIOS - RODOVIAS FEDERAIS



Nome Completo do Membro do MPF:	Possui interesse em participar de algum Grupo de Trabalho/Relatoria Especial dentro da Temática da 1ª CCR?
Ailton Benedito de Souza	Educação
Anderson Rocha Paiva	Terras Públicas ou Rodovias Federais ou Educação
Malê de Aragão Frazão	Excesso de Peso em Rodovias Federais
Alexandre Schneider	Saúde (Oncologia), Fiscalização da OAB
Michel François Drizul Havrenne	Terras Públicas- Reforma Agrária/Regularização Fundiária- já integro referido grupo
Filipe Andrios Brasil Siviero	Rodovias
Gabriel Dalla Favera de Oliveira	Educação (grande tema)
Fabiano de Moraes	Participo do GT Previdência e na área de Saúde teria interesse apenas se fosse algo específico a fornecimento de medicamentos pelo SUS e incorporação de novos medicamentos e tecnologias
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Educação
Marcus Vinicius Aguiar Macedo	"Previdência Social" e "Saúde"
Luis Claudio Pereira Leivas	Terrenos de Marinha, Reservados e Grilagens
Jorge Luiz Ribeiro de Medeiros	Terras Públicas

Nome Completo do Membro do MPF:	Possui interesse em participar de algum Grupo de Trabalho/Relatoria Especial dentro da Temática da 1ª CCR?
Andre Luis Castro Caselli	Saúde ou Educação
Maria Cristina Manella Cordeiro	Educação
Leticia Benrdt	Educação e Saúde
Marília Siqueira da Costa	Educação e/ou Saúde
Marília Melo de Figueiredo	Previdência Social e Terras Públicas
Silvia Regina Pontes Lopes Aciolo	Terceirização da Saúde: Transparência e Auditabilidade de Recursos
Waldir Alves	Siscan
Cecilia Vieira de Melo Sá Leitão	Educação
Alexandre Parreira Guimarães	GT Terras Públicas e Desapropriação
Bruna Pfaffenzeller	Saúde (EBSERH, Sisreg, CMED)
Marco Antonio Delfino de Almeida	Terras Públicas
Zélia Luiza Pierdoná	Previdência
Acacia Soares Peixoto Suassuna	Tenho interesse em continuar na Relatoria do Siscan para concluir o trabalho, buscando sua efetiva implementação. Este ano em decorrência de esta signatária estar responsável pela operação famintos, tendo apresentado a 1ª denúncia em agosto com 241 laudas, infelizmente não houve possibilidade de agendamento de reunião com Datasus e Ministério da Saúde neste segundo semestre. Contudo, pela importância do tema, por se tratar o Siscan de ferramenta não só de diagnóstico mas de controle da gestão e do prazo de 60 dias para o tratamento do câncer, reitera esta representante o pedido de inclusão do Siscan como objeto de relatoria ou GT.

